



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

171ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 16 e 17 de setembro de 2009.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

171ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 16 e 17 de setembro de 2009

Local: MDS, Anexo, 1º andar, Sala de Reuniões do CNAS, nº 108 – Brasília/DF

1 Aos dezesseis e dezessete dias do mês de setembro de dois mil e nove teve início a Centésima
2 Septuagésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS,
3 sob a Presidência da Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e
4 Representante Titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Sra.
5 Márcia Maria Biondi Pinheiro. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na
6 Titularidade: Membros Titulares e Suplentes do CNAS: Conselheira Márcia Maria Biondi Pinheiro,
7 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Margareth Alves
8 Dallaruvera, Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS, e Vice-Presidente; Conselheiro
9 Renato Francisco dos Santos Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –
10 MDS; Conselheira Valéria Maria de Massarani Gonelli, Ministério do Desenvolvimento Social e
11 Combate à Fome – MDS; Conselheiro Mauro Ceza Nogueira do Nascimento, Ministério do
12 Planejamento, Orçamento e Gestão – MP; Conselheira Fátima Aparecida Rampin, Ministério da
13 Previdência Social – MPS; Conselheiro José Ferreira da Cruz, Ministério do Desenvolvimento
14 Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Edna Aparecida Alegro, MF; Conselheira Tânia
15 Mara Garib, Representante dos Estados; Conselheiro Ir. Vicente Falqueto, Conferência Nacional
16 dos Bispos do Brasil – CNBB; Conselheira Rosa Maria Ruthes, Instituto Social, Educativo e
17 Beneficente Novo Signo; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja Metodista;
18 Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita Brasileira; Conselheiro Carlos Eduardo
19 Ferrari, Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – AVAPE; Conselheira Marisa
20 Fúria Silva, Associação Brasileira de Autismo – ABRA; Conselheira Thays Martinez, União
21 Brasileira dos Cegos - UBC; Conselheiro João Carlos Carreira Alves, Federação Nacional de
22 Educação e Integração dos Surdos; Conselheira Maria Dolores da Cunha Pinto, Federação Nacional
23 das APAES – FENAPAE; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de
24 Educadores de Deficientes Visuais - ABEDEV; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite,
25 Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; e, Conselheiro Josenir Teixeira, OAB.
26 **Convidados.** Dr. Douglas Locatelli, Consultoria Jurídica do MDS; Rosângela Paz, Consultora.
27 **ABERTURA.** Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e nove, dando início à Centésima
28 Septuagésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a
29 senhora Presidente, informando sobre o PL que havia seguido para o Senado para tramitação final,
30 comunicou que o relatório final sobre esse procedimento seria repassado ainda durante a reunião. O
31 Conselheiro José Crus externou sua alegria em compartilhar esse momento de conquista e avanço
32 no campo da Assistência Social. Prosseguindo, a senhora Presidente passou à conferência de
33 quorum pela Secretária-Executiva, que aproveitou para cumprimentar as novas Conselheiras Thays
34 e Valéria: Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes: Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari,
35 Conselheiro Renato Saidel, Conselheira Margareth Alves, Conselheira Fátima, Conselheira Valéria
36 Gonelli, na titularidade, Conselheira Thays, Conselheiro Frederico, Conselheira Dolores,
37 Conselheiro Renato de Paula, Conselheira Rosa, na titularidade, Conselheiro José Crus, Conselheira

38 Márcia, Conselheiro Vicente Falqueto, Conselheiro Mauro, na titularidade. Conselheiros suplentes
39 presentes: Conselheira Marisa e Conselheiro Edivaldo. A senhora Presidente passou para o item
40 **Aprovação da Ata da 170ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta.** Em não havendo nenhuma
41 observação, a Ata da Centésima Sexagésima Nona Reunião Ordinária foi aprovada pelo Pleno.
42 Prosseguindo, a senhora Presidente procedeu à leitura da Pauta: **Dia 14.09.2009 - Tarde: 14h às**
43 **18h: Reunião da Comissão de Política (Tipificação dos serviços socioassistenciais).** **Dia**
44 **15.09.2009 - Manhã: 9h às 16h: Reunião da Comissão Organizadora da VII Conferência**
45 **Nacional de Assistencial Social**, que já haviam se realizado. **Dia 16.09.2009 - Manhã: 9h às**
46 **9h15min** Aprovação da Ata da 170ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta; **9h15min às**
47 **9h45min:** Informes da Presidência, Secretaria Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros; **9h45min**
48 **às 11h:** Plenária de julgamento de processo; **11h às 13h:** Apresentação da pesquisa realizada pela
49 Consultora Rosângela Paz sobre inscrição de entidades beneficentes de Assistência Social; **13h às**
50 **13h10min: Reunião da Comissão de Normas (distribuição de processos); Tarde: 14h às 17h:**
51 Relato da Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional de Assistência Social; **17h às 18h:**
52 Relato da Comissão de Normas; **18h às 18h20min.** **Dia 17.09.2009 – Manhã: 09h às 10h:** Relato
53 do GT Resolução nº 44/2009 – procedimentos relativos à Portaria MDS nº 208/2009; **10h às**
54 **10h30min:** Relato da Comissão de Conselhos, **10h30 às 12h:** Câmara de julgamento de processos.
55 **Tarde: 13h às 15h:** Relato do GT Composição; **15h às 17h:** Relato da Comissão de Política; **17h**
56 **às 17h30min:** Relato da Presidência Ampliada; **17h30min às 18h:** Relato da Comissão de
57 Financiamento. **INVERSÃO DE PAUTA:** A senhora Presidente informou as propostas de
58 mudança de pauta, conforme complementado pela Secretária-Executiva,: retirada dos processos de
59 revisão de julgamento, dentro do prazo de defesa da entidade e com indicativos de órgãos de
60 controle da CGU e do TCU; antecipação da apresentação pela senhora Rosângela Paz; relato da
61 Comissão Organizadora, que seria de 15h às 18h, pela Comissão de Normas que ficaria às 14 h, e,
62 às 18h, Presidência Ampliada. Dia 17: proposta para que o relato da Comissão de Financiamento
63 fosse realizado no próximo mês, bem como a avaliação trimestral do Fundo Nacional de Assistência
64 Social. A senhora Presidente indagou aos presentes se concordavam com essas alterações sendo
65 aprovadas pelo Colegiado. A senhora Presidente informou a entrega dos seguintes materiais: MDS:
66 publicação colocando a questão dos Conselhos de Assistência Social incentivando a participação
67 popular; IPEA: Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo, organizado pela ex-
68 Conselheira Luciana Jaccoud; trabalho sobre os Centros de Referência de Assistência Social
69 produzido pelo Paraná; e uma cartilha dos conceitos e dos programas do desenvolvimento social
70 também entregue no Simpósio. A senhora Presidente passou à **apresentação da pesquisa realizada**
71 **pela Consultora Rosângela Paz sobre inscrição de entidades beneficentes de Assistência**
72 **Social**, convidando a pesquisadora para essa apresentação, que agradeceu o convite. Informou ter
73 participado, no final de julho, da reunião da Comissão de Conselhos conjunta com a Comissão de
74 Política apresentando esse estudo, cuja discussão havia trazido novos subsídios para sua finalização,
75 discorrendo sobre sua realização. Esclareceu que essa apresentação se daria em três partes: caminho
76 metodológico do estudo; apresentação de alguns resultados da pesquisa a partir das resoluções de
77 Conselhos Municipais e do DF; e, apresentação das propostas de parâmetros nacionais para
78 orientação dos Conselhos Municipais e do DF para discussão no CNAS. Esclareceu que seriam
79 realizados dois produtos: um, sobre análise dos Conselhos e resoluções, particularmente da
80 Assistência Social e, dois, que seria apresentado nesse momento com as propostas de parâmetros
81 nacionais. A senhora Rosângela procedeu a uma contextualização sobre o tema da inscrição nos
82 Conselhos Municipais, informando o artigo 9º da LOAS que estabelecia que o funcionamento das
83 entidades e organizações de Assistência Social dependia de prévia inscrição no respectivo Conselho
84 Municipal e do DF, discorrendo sobre essa obrigatoriedade e os procedimentos adotados até esse

85 momento. Explanou sobre a legislação sobre a matéria e a vitória que era a aprovação do PL, mas
86 que ainda era o início do processo, considerando todo o trâmite a ser seguido, e o trabalho existente
87 nos Conselhos Municipais com a inscrição das entidades de Assistência Social, assim como a
88 importância da Secretaria-Executiva nesses Conselhos. Discorreu sobre a tipificação dos serviços de
89 Assistência Social, ressaltando a importância da questão do Decreto 2536 e toda a regulamentação
90 do PL CEBAS e os padrões e parâmetros para a oferta de serviços, colocando que todo debate do
91 CNAS e da CIT sobre essa proposta da tipificação era fundamental, vindo enriquecer o tema da
92 inscrição municipal, a sobrecarga dos Conselhos e o deslocamento da função de controle social da
93 política para uma função cartorial, do ponto de vista de análise e controle de toda a documentação.
94 A senhora Rosângela destacou outras regulações sobre o assunto e que considerava muito
95 importantes, assim como o avanço proporcionado pelo CNAS com a aprovação dessas normas e os
96 conceitos que traziam com relação à definição das diretrizes para a estruturação, reformulação e
97 funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. Observou o pouco conhecimento de parte
98 desses órgãos sobre essas resoluções do CNAS, discorrendo sobre sua abrangência e as atribuições
99 dos Conselhos Municipais e do DF, quais eram: 1), acompanhar e controlar a execução da Política;
100 2) avaliar e controlar o desempenho dos programas; 3) acompanhar e controlar a execução do Plano
101 Anual de Ação; 4) acompanhar os resultados dos serviços ofertados pela rede de Assistência Social;
102 e, 5) fiscalizar os serviços prestados e a aplicação dos recursos públicos pelas entidades e
103 organizações de Assistência Social. Destacou, também, a definição de entidade de Assistência
104 Social, que independentemente do recebimento ou não de recursos públicos, deveria estar inscrita
105 nos Conselhos e devendo ser fiscalizada. Ressaltou a urgência de avanço no vínculo SUAS,
106 regularização dos serviços através da tipificação e definição dos parâmetros e procedimentos para a
107 inscrição municipal, lembrando, também, a proposta do Acórdão do TCU, de 2005, com dois
108 destaques muito importantes: que os Conselhos Municipais de Assistência Social instituísem
109 planos de fiscalização de entidades e organizações de Assistência Social, inclusive as instituídas
110 pelo Poder Público, e que o CNAS desenvolvesse uma metodologia, elaborasse, e divulgasse junto
111 aos Conselhos de Assistência Social, tendo que se responder a esse assunto pautado pelo TCU,
112 Conselhos Municipais e CNAS. Prosseguindo, indicou o material em tela sobre o tema das
113 inscrições nos Conselhos, o que deveria estar bem claro para os Conselheiros, assim como sobre
114 qual a relação entre inscrição e vínculo SUAS. Aparteando, o Conselheiro Falqueto indagou sobre
115 os exemplos dados pela senhora Rosângela e sobre a generalização para todas as entidades, que
116 esclareceu ter sido realizada pesquisa junto às resoluções e Conselheiros e não junto às entidades,
117 observando a existência de outro universo de organizações da Sociedade Civil que não eram de
118 Assistência Social, mas que procuravam o Conselho Municipal para poder receber qualquer tipo de
119 repasse municipal. Prosseguindo, a senhora Rosângela indicou duas citações do estudo feito pela
120 professora Aldáisa e da Sra. Meire sobre as entidades mistas com o CEBAS, trazendo uma
121 consideração sobre o procedimento de inscrição nos Conselhos Municipais e como deveriam ser os
122 cadastros a serem mantidos pelo órgão gestor, não podendo ser confundido com suas atividades. A
123 senhora Rosângela discorreu sobre a relevância dos Conselhos no avanço na democratização da
124 gestão, seu protagonismo no acompanhamento da política, no debate e acompanhamento da
125 Assistência Social no município, assim como sua participação na defesa dos direitos de crianças e
126 adolescentes e os procedimentos adotados e o reconhecimento público das organizações informais
127 de usuários. Referiu-se ao que havia lhe parecido mais significativo nas resoluções dos Conselhos,
128 que no geral seguiam as orientações do CNAS, destacando o grande número de documentação
129 solicitada, com burocratização excessiva e um privilegiamento de aspectos muito formais,
130 preterindo a verificação das ações desenvolvidas e a qualidade do trabalho, que era o grande
131 objetivo do Conselho para o controle social. Indicou a terminologia utilizada pelos Conselhos e que

132 deveria ser padronizada, conceituando os serviços e definindo procedimentos, como também o
133 respeito à validade das inscrições e a articulação com outros Conselhos, questão que deveria ser
134 destacada. A senhora Rosângela discorreu sobre os procedimentos necessários para ser emitido o
135 parecer final sobre a inscrição da entidade, bem como os aspectos que deveriam ser levados em
136 consideração, ressaltando, também, as subvenções, não havendo no SUAS nenhuma regulação do
137 sistema que autorizasse ou orientasse a sua utilização, discorrendo sobre o tema e a natureza da
138 inscrição nos Conselhos Municipais e sobre aquelas entidades aptas a serem inscritas. Concluindo, a
139 senhora Rosângela reportou-se ao material em tela, destacando as propostas apresentadas:
140 apresentação e discussão pelos Conselhos Municipais nos serviços, programas e projetos, os planos
141 anuais de Assistência Social, realizando visitas e pareceres dos Conselheiros; a participação dos
142 Conselhos nos processos participativos do controle social, com diversas ações nesse sentido;
143 elaboração de fichas ou roteiros de visita e o acompanhamento de acordo com o SUAS; a adoção
144 dos seguintes critérios para inscrição: ações continuadas dos serviços, objetivos, qualidade dos
145 serviços prestados, a gratuidade, a existência de processo participativo e dos usuários nos serviços e
146 organizações ou se havia o direito a participar, a existência de recursos humanos para essa
147 execução, profissionais contratados *versus* voluntariados e condições de infra-estrutura adequada
148 aos serviços propostos; validade da inscrição; documentos necessários; e, procedimentos gerais,
149 com a entidade apresentando documento no Conselho, a ser analisado pela Secretaria-Executiva,
150 visita à entidade e emissão de parecer, e a apresentação das entidades em um evento público no
151 Conselho. Destacou os procedimentos finais para essa inscrição, com os documentos sendo
152 guardados no órgão gestor e podendo ser consultados em caso de necessidade; articulação entre
153 Conselhos, estabelecendo-se procedimentos conjuntos de análise de documentação, de exigência de
154 documentação entre os mesmos. A senhora Presidente abriu para debate, com o Conselheiro Renato
155 Saidel indagando como havia sido avaliada a metodologia no levantamento e se havia sido avaliada
156 a interferência política no processo de certificação; e a existência de proposta para sanar a
157 dificuldade de acesso à internet apresentada em alguns Conselhos; maior detalhamento sobre o
158 trabalho cartorial dos Conselhos; se haveria estrutura para apresentação da entidade em um evento
159 público e se havia pensado em uma forma de estrutura e a análise da documentação pela Secretaria
160 Executiva; a falta dos critérios para programas e projetos; explicar mais sobre a apresentação e
161 discussão dos planos anuais de Assistência Social com relação à visitas e pareceres técnicos. A
162 senhora Presidente esclareceu que o material apresentado seria entregue aos Conselheiros para
163 melhor análise. A Conselheira Margareth indagou como havia sido usado o critério de escolha para
164 chegar a s treze Conselhos Municipais. A Conselheira Dolores inquiriu se o estudo apresentava o
165 percentual de entidades que se inscreviam para estar de acordo com as normas simplesmente por
166 que a norma exigia isso e para ter acesso à isenção de impostos. Cumprimentou pelo estudo e
167 apontou um dado muito importante de articulação interconselhos, principalmente o Conselho da
168 Criança e da Assistência. Relatou o fato de, pelo jovem completar 18 anos, o Conselho da Criança
169 retirava os recursos da Casa Lar, discorrendo sobre o que a legislação trazia. O Conselheiro João
170 Carlos solicitou explanação sobre a questão burocrática da exigência de documentos, considerando
171 a existência de legislação relativa à desburocratização. O Conselheiro Clodoaldo parabenizou a
172 senhora Rosângela, pelo trabalho desenvolvido no PL 7494, aprovado no dia anterior, no artigo 20,
173 solicitando que falasse sobre essa questão; e, como via o papel do Conselho Nacional no controle
174 social com aprovação do PL 7494 em que o Conselho, em tese, não mais exerceria esse papel,
175 passando a ser função de certificação dos Ministérios. Que não estava claro como se daria esse
176 controle e que sociedade poderia ser a instância recursal, tentando compatibilizar o papel do
177 Conselho nesse desenho. A senhora Rosângela esclareceu à Conselheira Margareth que,
178 considerando o escasso tempo disponível para esse trabalho, havia sido usado um critério de

179 escolha aleatória, com o MDS solicitando que Conselhos enviassem propostas com as suas
180 resoluções e que haviam sido analisadas. Explicou que o único critério era cobrir as regiões do país
181 com os Conselhos Municipais de Assistência e com o da Criança e Adolescente sendo acessado via
182 CONANDA, destacando os poucos estudos existentes sobre esses organismos. Esclareceu à
183 Conselheira Dolores não ter essa informação sobre o percentual de entidades que se inscreviam para
184 a questão das normas ou para ter acesso, sugerindo o envio de um questionário via internet para os
185 Secretários-Executivos, para os Presidentes de Conselhos Municipais com dados que permitissem
186 maior conhecimento dos Conselhos. Sobre a articulação interconselhos, concordava que deveria
187 existir, considerando que o usuário da Política de Assistência era usuário dos serviços públicos em
188 geral, tendo que ser pensado em sua totalidade. Respondendo à questão do Conselheiro João Carlos,
189 concordava que ainda existia burocracia, sendo uma característica do Brasil. Dirigindo-se ao
190 Conselheiro Clodoaldo, manifestou serem perguntas para as quais não tinha respostas, explicando
191 que o PL havia sido aprovado no dia anterior e ainda não tendo feito uma análise profunda, mas
192 encontrando que traria impactos positivos, proporcionando mais controle social. Com relação ao
193 vínculo SUAS, que presunha o reconhecimento da entidade, destacou que a inscrição municipal
194 era condição primordial, andando sempre junta ao vínculo. Encontrava que o PL teria impactos no
195 CNAS e nos Conselhos Estaduais e Municipais, sendo necessário tempo para se avaliar tais
196 impactos, com os Conselhos Municipais tendo que interagir com a sociedade e com o usuário. Com
197 relação à questão da informatização do cadastro, os Conselhos Municipais e os municípios tinham
198 uma estrutura muito diferenciada, devendo ocorrer o desenvolvimento institucional do município. A
199 senhora Rosângela, sobre questão cartorial, concordou com a questão da estrutura e também da falta
200 de conhecimento e da sobrecarga. Que o evento público para apresentação da entidade não estava
201 muito desenvolvido no texto, mas era um sonho, relatando experiência sobre o assunto. O
202 Conselheiro Renato Saidel observou que a questão da articulação era muito mais o papel de um
203 Fórum Municipal do que propriamente do Conselho, com a senhora Rosângela concordando e que
204 essa articulação fosse sugerida para os Conselhos atuarem como facilitadores nesses procedimentos.
205 Prosseguindo, observou que os critérios gerais, além de serviços, eram também para programas e
206 projetos, discorrendo sobre sua qualidade. Colocando a questão com relação aos serviços,
207 programas, projetos e benefícios governamentais, observou que todos seriam visitados para ver sua
208 qualidade e falar com o usuário, estimulando-se as Comissões locais para esse acompanhamento. O
209 Conselheiro Ferrari referiu-se à transição do modelo de análise cartorial para outro que priorizasse o
210 controle social, indagando como se faria esse procedimento. Indicou as entidades mistas que não
211 haviam sido pensadas para o modelo atual de Assistência Social, indagando o posicionamento da
212 senhora Rosângela sobre a questão. O Conselheiro Renato de Paula observou ser essa área carente
213 de conhecimento, elogiando o trabalho realizado pela senhora Rosângela. Referiu-se ao pensamento
214 sobre o controle social e a questão da transição, que havia sido colocada por alguns Conselheiros,
215 bem como o caminho que a Assistência seguiria como Política Pública independente da
216 certificação. Destacou a necessidade de o CNAS se preparar para uma transição que já estava
217 acontecendo, exemplificando com a questão colocada sobre o acesso à internet e tendo que se
218 posicionar quanto ao Controle Social criando uma pauta, uma vez que os Conselhos Municipais
219 estariam aguardando posicionamento. A senhora Rosângela discorreu sobre as mudanças ocorridas
220 à medida que a normatização vigia e as adequações que os Conselhos foram incorporando, com
221 algumas avançando mais que outras. Ponderou ser consenso que o modelo cartorial existente era um
222 obstáculo que se precisaria ultrapassar, devendo se agendar a discussão sobre o controle social que
223 se queria. Que outra questão era como ficariam os procedimentos da passagem, pois pelo PL o que
224 era da Educação iria para a mesma, e assim por diante, com cada Ministério dizendo seus
225 procedimentos, tendo que se orientar os Conselhos Estaduais e Municipais com relação ao controle

226 social. A senhora Rosângela, colocando-se à disposição, esclareceu que finalizaria o relatório e
227 encaminharia para a Secretaria Nacional. A senhora Presidente agradeceu a apresentação e
228 manifestou sua concordância com o Conselheiro Renato na questão do protagonismo, fazendo um
229 registro de que todos os estudos mostravam que essa disparidade entre os Conselhos havia sido
230 causada pela falta de regulamentação. Informou que o material seria encaminhado a todos os
231 Conselheiros, com o debate prosseguindo até o momento em que o tema voltasse ao CNAS como
232 uma resolução dos parâmetros para a inscrição de entidades de Assistência Social. Prosseguindo
233 com a pauta, a senhora Presidente passou para **Informes da Presidência, Secretaria-Executiva,**
234 **MDS, CIT e de Conselheiros.** A Secretária-Executiva passou a **Ausências Justificadas:**
235 Conselheira Tânia Garib, nos dias 20 e 21 de agosto, na reunião do GT de Composição em razão de
236 compromissos de agenda do governo; dias 16 e 17 de setembro, nesta reunião, em virtude de
237 participação no 1º Seminário Intersetorial das Condicionalidades do Programa Bolsa-Família.
238 Conselheiro José Geraldo, no dia 25 de agosto, no Encontro dos Conselhos Estaduais com o CNAS,
239 em virtude de obrigações institucionais; e nos dias 16 e 17 de setembro, nessa reunião, em razão de
240 férias. Conselheira Rosa, no dia 25 no Encontro do CNAS com os Conselhos Estaduais em razão de
241 compromissos assumidos anteriormente; no dia de setembro na reunião da CIT, em virtude de
242 compromissos já assumidos na UNIFESP. Conselheira Dolores, no dia 25, no Encontro dos
243 Conselhos, em razão de atividade já agendada. Conselheiro Edval Bernardino, no dia 25, no
244 Encontro dos Conselhos, em razão de compromissos profissionais na universidade; e nos dias 16 e
245 17 de setembro, nesta reunião, em virtude de problemas relacionados ao plano de viagem do
246 Conselheiros. Conselheiro Sérgio Wanderly, no dia 27 no Encontro dos Conselhos, em razão de
247 compromissos profissionais inadiáveis e nos dias 14 a 17 de setembro, nesta reunião, em razão de
248 impossibilidade de elaboração do plano de viagem. Conselheira Edna, no dia 25 de agosto no
249 Encontro dos Conselhos em virtude de viagem a trabalho, foi a uma palestra na Conferência de
250 Goiânia, representando o CNAS. Conselheira Heloísa, no dia 24 de agosto, na reunião da Comissão
251 Organizadora em razão de compromissos assumidos anteriormente com o município do Rio de
252 Janeiro; nos dias 14 a 17 de setembro, nesta reunião, em razão de impossibilidade relacionada ao
253 plano de viagem. Conselheiro Charles, no dia 9 de setembro, no GT da Resolução 44, em virtude de
254 participação na reunião da CIT, que coincidiu com a data da reunião do GT; e nos dias 14 a 17 de
255 setembro, nesta reunião, em razão da impossibilidade da elaboração do plano de viagem. Conselheiro
256 Samuel, nos dias 16 e 17, nesta reunião, em virtude de participação na Conferência Estadual de
257 Roraima, representando o CNAS. Conselheira Renata, nos dias 14 de setembro, na reunião da
258 Comissão de Política e 16 e 17, nesta reunião, em razão de viagem previamente agendada.
259 Conselheiro Geraldo, na reunião da CIT, em razão de compromissos previamente agendados e nesta
260 reunião, em virtude de compromissos inadiáveis. Conselheiro Celso Pasquini, nessa reunião, em
261 virtude de problemas de saúde. Conselheira Simone Albuquerque, nessa reunião, em razão de
262 compromissos profissionais. **E-mails enviados:** destacou o comunicado da votação do PL 3077, PL
263 SUAS, na Comissão de Seguridade Social; envio da Lei 12.017 de 2009, publicada no DOU, de
264 13/08/2009, que dispunha sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária 2010
265 e dava outras providências; arquivos das apresentações realizadas na reunião passada sobre a
266 Reforma Tributária; informações sobre a disponibilização no site das apresentações dos painelistas
267 do Simpósio Internacional de Desenvolvimento Social; informações sobre o Seminário Nacional de
268 Controle Social, a ser realizado pela Controladoria Geral da União, de 25 a 27 de setembro.
269 **Participação do CNAS.** Conselheira Edna, representando o CNAS na cerimônia de apresentação
270 da proposta do modelo regulatório do pré-sal, realizado no dia 31 de agosto de 2009 na Presidência
271 da República; Seminário do Terceiro Setor – Cenários e Desafios, realizado no dia 15 de setembro
272 no Ministério da Justiça. Conselheiros Renato Saidel e Antônio Celso Pasquini representaram o

273 CNAS no 9º Encontro do COMAS/SP com as Organizações Sociais para entrega dos Anais da VIII
274 Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, realizado no dia 4 de
275 setembro. A Presidente do CNAS participou da Cerimônia de Abertura do Seminário Nacional
276 Sobre a Implantação de Serviços com Recursos Originários do Piso Básico de Transição, realizado
277 no dia 11 de setembro de 2009, pelo MDS. **Participação dos Conselheiros e da Secretaria-
278 Executiva nas Conferências Municipais.** Conselheiros Ferrari e Liliane estiveram em Manaus;
279 Conselheira Edna e Mercês em Goiânia, pela Secretaria-Executiva. Conferências Estaduais: Acre:
280 Conselheiro Edivaldo, Maria Auxiliadora e a servidora Dorinha; Roraima, que estava acontecendo
281 nessa semana: Conselheiros Samuel e Mercês. Informou haver disposição de material no site, de
282 resoluções, fotos e informações sobre as Conferências Municipais; digitalização das Atas do CNAS
283 anteriores a 1995; notícia sobre a aprovação do PL, discussão sobre a crise mundial, a reforma
284 tributária, a assinatura do PL SUAS, ainda reforçando a mobilização para sua aprovação. **Convites.**
285 Controladoria Geral da União no evento dia 25 a 27 de setembro, com participação da senhora
286 Presidente no painel Mobilização e Capacitação para o Controle Social, com o tema da Conferência,
287 Participação e Controle Social no SUAS, dia 25. **Audiências realizadas e comunicados.** A
288 Secretaria-Executiva enviou para os Conselhos Estaduais cópia da circular sobre apresentação e
289 discussão do balanço do Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS no CNAS, uma demanda e
290 encaminhamento da Comissão de Política aprovada nessa Plenária. A senhora Lenil Figueiredo,
291 Presidente do Conselho Estadual de Mato Grosso encaminhou matéria postada no site da Secretaria
292 de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social de Mato Grosso, sobre a realização de
293 Audiência Pública, dia 18 de agosto, para discutir a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa
294 da Assistência Social naquele estado. A Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado do
295 Piauí realizou nos dias 03 e 04 de setembro o Fórum Regionalizado do SUAS, a Construção
296 Democrática para a Efetivação do SUAS. A Secretaria de Estado, Trabalho, Promoção Social de
297 Curitiba, Paraná enviou exemplares do Caderno SUAS, dos CRAS, solicitando a distribuição do
298 material do CRAS do Paraná, para quem não estava naquela ocasião, o material distribuído no
299 Simpósio, o livro do IPEA, da ex-Conselheira e pesquisadora Luciana Jacoud e o material trazido
300 pelo Conselheiro Renato. A Presidência do Conselho encaminhou no dia 14 de setembro para os
301 Conselhos Estaduais e do DF o Informe nº 5, resultado do encontro com os Conselhos Estaduais,
302 com as orientações relacionadas ao instrumental padrão para elaboração dos relatórios das
303 Conferências Estaduais e do DF. **Aniversariantes de setembro:** Conselheiro Geraldo, dia 20; e
304 Conselheiro Clodoaldo, dia 27. A senhora Presidente procedeu à entrega da certificação da
305 nomeação de Thayz Martinez como Conselheira Titular e Valéria Maria Massarani Gonelli,
306 nomeada Conselheira Suplente. A Secretária-Executiva registrou que o Conselheiro Falqueto
307 receberia o certificado à tarde, como também receberiam os ex-Conselheiros Mizael, Pessinatti,
308 Ana Lígia Gomes e Valdete, conforme o Regimento. A Conselheira Fátima informou ter recebido o
309 certificado no dia anterior pelas mãos do Conselheiro Josué. **Informes dos Conselheiros.** O
310 Conselheiro Renato de Paula informou que um grupo de pesquisadores da PUC de São Paulo e da
311 Universidade Cruzeiro do Sul havia feito uma pesquisa no município com as famílias de crianças e
312 adolescentes abrigados em São Paulo, resultando na publicação do livro “Famílias de Crianças e
313 Adolescente Abrigados – Quem são, como vivem, o que pensam e o que desejam”, que estava
314 sendo entregue aos Conselheiros. O Conselheiro Ferrari comunicou que na última semana a
315 AVAPE havia recebido da Câmara Brasil-França o prêmio Liberdade, Igualdade e Fraternidade
316 pelo seu Programa de Atendimento Interdisciplinar Extraclínico. Convidou para a realização do
317 Seminário em comemoração ao bicentenário de Louis Braille, nos dias 24 e 25 de setembro no
318 Auditório Nereu Ramos, indicando o Conselheiro Edivaldo para representar o CNAS. O
319 Conselheiro Edivaldo registrou sua ausência na reunião da Comissão da VII Conferência no dia 24,

320 em função de impossibilidade de realização de plano de vôo e a representação do CNAS em julho
321 em Porto Velho e em agosto no Acre, no I Fórum Social Acreano, registrando a importância desse
322 evento. Solicitou que ao Conselheiro Renato a viabilização do livro em formato digital para ser
323 acessado pelos deficientes visuais. Prosseguindo, esclareceu que como integrante da Associação
324 Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais participaria da Mesa, com o Conselheiro Ferrarri
325 ou a Conselheira Thayz representando o CNAS. O Conselheiro Renato Saidel registrou que nos dias
326 27 a 29 de agosto havia acontecido o IV Encontro da Rede Evangélica Internacional de Assistência
327 de Ação Social no Rio de Janeiro, com participação de 400 pessoas discutindo a atuação das
328 entidades do segmento evangélico no campo da Assistência Social, com os anais sendo
329 encaminhados ao CNAS pelo Conselho Municipal para conhecimento. Comunicou o recebimento
330 de e-mail informando a criação e implantação do serviço de atendimento às entidades sociais em
331 Salvador, esclarecendo sobre essa ação, que merecia registro na ata do Conselho Nacional. A
332 Conselheira Edna informou ser uma das palestrantes com o tema Entidades Beneficentes e Isenção
333 Fiscal no Seminário do Terceiro Setor – Cenários e Desafios, promovido pela Secretaria Nacional
334 de Justiça do Ministério da Justiça, promovido pelo Secretário Romeu Tuma Júnior, indicando os
335 temas em discussão e a importância da participação do CNAS nesse evento. Destacou o pedido que
336 trazia de que o Conselho continuasse articulando com a Secretaria Nacional de Justiça com relação
337 às entidades de Assistência Social. A Conselheira Rosa Maria, complementando o que havia sido
338 dito pela Conselheira Edna, observou ser interessante convidar o autor desse Estatuto para vir ao
339 CNAS, ao que a senhora Presidente sugeriu trabalhar essa proposta na Presidência Ampliada e
340 colocar na pauta para se trabalhar e trazer ao Conselho. O Conselheiro João Carlos lembrou que se
341 estava trabalhando para se abolir a expressão “portador de deficiência”. A Conselheira Dolores
342 solicitou ao Conselho que cumprimentasse a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pela realização
343 de um evento no período de 22 a 23, permitindo a integração entre instituições que atuavam com as
344 pessoas com deficiência. Comunicou que a Federação Nacional das APAEs continuava em sua luta
345 para a participação de 2200 Associações, para sua inserção no sistema estadual de ensino da mesma
346 forma que Minas Gerais o havia feito. O Conselheiro Frederico informou sobre o Congresso
347 realizado pela sua entidade, no período de 28 a 30 de agosto, relacionado à questão das Políticas
348 Públicas, explanando sobre as teses levantadas durante o evento com mais de 180 delegados.
349 Informou o retorno da base de São Paulo à Federação, sendo Presidente a sra. Fernanda, do
350 Sindicato de São Paulo, representativa da CUT. Registrou a participação no Encontro Latino
351 Americano de Psicólogos, na Cidade do México na semana anterior, em uma das Mesas com “O
352 Trabalho do Psicólogo Brasileiro e o Contexto da América Latina”. A Conselheira Valéria informou
353 a divulgação da 8ª edição do Festival Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte, no dia 21 de setembro,
354 discorrendo sobre sua abrangência. Informou a pesquisa em cima de famílias de crianças em
355 situação de abrigo, com uma carta de apoio do Conselho Nacional de Assistência Social e do
356 CONANDA, informando o início dos trabalhos e as visitas e levantamentos realizados e que,
357 possivelmente até o dia seguinte, traria o material de divulgação. A Conselheira Valéria passou aos
358 **Informes da CIT**. Reunião da CIT nos dias 9 e 10 de setembro, com os temas: aprovação do
359 protocolo de gestão integrada de serviços e benefícios; tipificação, sendo pactuados todos os
360 serviços da básica, ficando para a próxima reunião os serviços da média complexidade, da Proteção
361 Social Especial, e a constituição de uma Câmara Técnica para discutir os serviços que envolviam a
362 habilitação e reabilitação do que estava na LOAS e em relação à Assistência Social, principalmente
363 para pessoas com deficiência, dependência ou idosos. Concluindo, avaliou como bastante produtiva
364 essa reunião da CIT e que havia ocorrido com muita discussão. O Conselheiro José Crus informou a
365 publicado no DOU de 11 de setembro, de um edital de chamamento público do MDS para a
366 contratação de uma empresa para capacitação de 22 mil Conselheiros Municipais da Assistência

367 Social. Dirigindo-se aos Conselheiros Edivaldo, Ferrari e Thayz, comunicou a importação de uma
368 tecnologia chamada MEC Daisy Digital, com sintetizador de voz que possibilitava criar versão
369 sonora de qualquer texto, estando no processo de Termo de Cooperação entre o MEC e o MDS.
370 Que se encontrava em desenvolvimento, na Coordenação de Apoio às instância do SUAS, de um
371 link específico para a gestão do trabalho e educação, incluindo todas as publicações do MDS e de
372 outros parceiros. A senhora Presidente cumprimentou a iniciativa, sendo um compromisso do
373 Conselho e que o MDS estava cumprindo como uma das pautas nas Conferências, completando um
374 ciclo de formação de Conselheiros Municipais, Estaduais e Conselheiros Nacionais, com os
375 Estaduais e o Nacional sendo debatidos na reunião da Presidência Ampliada. O Conselheiro
376 Edivaldo cumprimentou o MDS pela preocupação com relação aos aspectos de acessibilidade que
377 havia trazido, com a disponibilização de uma impressora Braille e pelas iniciativas de adaptação e
378 acessibilidade em todos os eventos do CNAS. A Conselheira Thayz indagou se havia uma estrutura
379 no MDS para adaptação do material para leitura pelo MEC Daisy, com o Conselheiro José Crus
380 esclarecendo que o Ministério já estava criando todos os aparatos necessários para sua implantação.
381 O Conselheiro Ferrari colocou-se à disposição para contribuir na viabilização desse projeto,
382 produzindo, juntamente com o Conselheiro Edivaldo, um documento tratando dos formatos
383 possíveis. A Secretária-Executiva procedeu ao ajustes da pauta para o período da tarde, retificando a
384 retirada dos processos e para registro em ata os que foram retirados, objetos de revisão de
385 julgamento, ainda correndo prazo para defesa pela entidade, necessária para a conclusão do parecer:
386 Associação de Desenvolvimento Artístico e Cultural e Ocupacional dos Portadores de Necessidade
387 Especial, reconsideração de registro e revisão do julgamento anterior; Fundação Presidente Antônio
388 Carlos, FUPAC, renovação, revisão de julgamento anterior, mantido em pauta; Lar Espírita Clara
389 de Assis, reconsideração de registro, não sendo revisão de julgamento, já julgado pelo Conselho na
390 Câmara de Julgamento anteriormente, realtoria do Conselheiro José Crus. Destacou como ficaria a
391 pauta: 14h: Reunião da Comissão de Normas para distribuição de processos para julgamento no
392 próximo mês, após viria para Plenária, às 14h15min, para dois relatos da Comissão de Normas, que
393 ficaram pendentes na reunião passada; e o julgamento desse processo de reconsideração de registro;
394 16h: Câmara de Julgamento e Presidência Ampliada, ficando para o dia seguinte a Comissão
395 Organizadora, de Conselhos, os informes do GT da Resolução 44, o relato do GT Composição, o
396 relato da Comissão de Política e o próprio relato da Presidência Ampliada. **ENCERRAMENTO.** A
397 Secretária-Executiva convidou os membros da Comissão de Normas para retornarem às 12h, e às
398 12h15min os demais Membros do Conselho. Dando prosseguimento à reunião, a senhora Presidente
399 entregou o certificado de nomeação ao Conselheiro Falqueto, que agradeceu pela alegria de compor
400 o Conselho. Antes de passar à conferência do quorum, a Secretária-Executiva informou estarem
401 previstos na pauta da tarde os dois relatos da Comissão de Normas, julgamento de um processo em
402 Plenária; Câmaras de Julgamento, e Presidência Ampliada: Conselheiros Titulares ou na titularidade
403 presentes: Conselheira Márcia, Conselheira Margareth, Conselheiro Frederico, Conselheira Edna,
404 Conselheira Fátima, Conselheira Thaís, Conselheiro Carlos Ferrari, Conselheira Dolores,
405 Conselheiro Mauro, Conselheira Rosa, Conselheiro Vicente, Conselheiro Renato Saidel,
406 Conselheiro José Crus, Conselheiro Renato de Paula e Conselheira Valéria. Conselheiros Suplentes
407 presentes: Conselheiro Clodoaldo, Marisa, e Conselheiro Edivaldo. Continuando, registrou a
408 presença do representante da CONJUR, Dr. Douglas. **Relato da Comissão de Normas.** A
409 Conselheira Edna procedeu aos relatos da Reunião Extraordinária de maio e da reunião de junho:
410 *“Memória da reunião extraordinária da Comissão de Normas, realizada no dia quinze de maio de*
411 *2009, das nove às dezessete horas, no CNAS. Conselheiros titulares ou na titularidade presentes:*
412 *Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Edna Aparecida Alegro, Lúcio da Silva Santos, Maria*
413 *Dolores da Cunha Pinho, Renata Rodrigues Flores Alves, Renato Francisco dos Santos Paula.*

414 *Conselheiro Suplente presente: Antônio Celso Pasquini. Ausência Justificada: Conselheiro Titular*
415 *Mizael Conrado de Oliveira, e Conselheiro Suplente Josenir Teixeira. Ausência na época, da*
416 *Conselheira Rose Mary de Oliveira, e Maurício Sarda, suplente, e Mauro César do Nascimento,*
417 *ausente. Apoio: contamos com Mariane de Almeida Rodrigues e Cristiane Camargo Meneses. O*
418 *primeiro assunto da pauta naquele dia foi a leitura do parecer 253/200, da CONJUR/MDS, que é*
419 *sobre aquela apresentação, aquele material que eu utilizei para fazer uma apresentação*
420 *representando o Conselho, em que foram levantadas algumas dúvidas. Alguns agradeceram, e o*
421 *Conselheiro Josenir fez algumas colocações, e no momento eu inclusive estava ausente. E então foi*
422 *solicitado que esta apresentação fosse encaminhada à CONJUR do MDS para que fosse analisado*
423 *e verificado. Então, o parecer 253 trata sobre isto, e os encaminhamentos foram: disponibilizar a*
424 *apresentação elaborada na versão final, que já continha a alteração sugerida no parecer, e*
425 *distribuir a apresentação a todos os Conselheiros, e também o parecer, não é? Cópia do parecer.*
426 *Isto, na época, nós pedimos que fosse feito em cinco dias. Era em maio, e está um pouco, um longo*
427 *prazo, mas agora depois de deliberado nós pedimos que seja encaminhado a todos, e também*
428 *colocado no site do MDS, do Conselho. Segundo assunto: processos prematuros. Procedimentos a*
429 *serem adotados quanto aos processos prematuros, ou seja, aqueles apresentados pela entidade*
430 *muito antes do vencimento do certificado. Neste caso, a entidade traz os documentos referentes aos*
431 *três anos anteriores ao pedido mas, na realidade, falta documentação, pois não houve*
432 *comprovação quanto ao cumprimento dos requisitos nos três exercícios anteriores à data do*
433 *vencimento do certificado. O encaminhamento foi expedir Resolução para regulamentar a situação*
434 *dos processos, conforme a minuta apresentada no anexo primeiro. Onde, na minuta, o que se*
435 *discutiu foi que nós recomendaríamos à entidade, que os pedidos de renovação fossem feitos em até*
436 *120 dias antes. No máximo, 120 dias! Para não entrar depois de uma no do certificado, já entrar*
437 *com o pedido de renovação, porque tudo aqui causa excesso de burocracia, de documento, e não*
438 *tem a documentação hábil para analisar o processo. Resolução “xx” de setembro de 2009,*
439 *recomenda: às entidades que apresentem pedido de renovação do certificado de entidade*
440 *beneficente de Assistência Social em até 120 dias antes da data do vencimento do certificado. O*
441 *Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, em reunião ordinária, realizada no dia 17, e aí*
442 *vai mudar para agora a data, no uso das competências e atribuições conferidas pelo artigo 18 da*
443 *Lei nº 8742, de sete de dezembro de 199 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS,*
444 *considerando o disposto no parágrafo terceiro do artigo terceiro e quarto do Decreto 2536, de seis*
445 *de abril de 1998, que dispõe sobre a concessão do certificado de entidade de fins filantrópicos a*
446 *que se refere o inciso quarto do artigo 18. Considerando o parecer 511 CJ/MDS, de 2 de junho de*
447 *2008, que trata de pedido de renovação do certificado de entidade beneficente da Assistência*
448 *Social, protocolado intempestivamente, entre outros assuntos e; considerando o fim de evitar, ou*
449 *melhor, evitar intempestividade, resolve: art. 1º. Recomendar às entidades que apresentem pedidos*
450 *de renovação do certificado de entidade beneficente de Assistência Social em até 120 dias antes da*
451 *data de vencimento do certificado vigente. Parágrafo Único. Os pedidos de renovação*
452 *apresentados fora do prazo estabelecido no caput não serão considerados sendo os documentos*
453 *devolvidos à entidade. Só que não seria fora do prazo! Eu acho que seria “anteriores”... O*
454 *Conselheiro Renato Saidel no artigo 1º sugeriu tirar “em até”, e colocar “no máximo em até 120*
455 *dias da data de vencimento”, com a concordância da Conselheira Edna. “Terceiro assunto:*
456 *discussão e apresentação de proposta de procedimentos e providencias para análise e julgamento*
457 *de processos, cartilhas e manuais. A continuação da discussão sobre sugestões e pontos levantados*
458 *nas últimas reuniões, relativos à revisão de Resoluções, Procedimentos, Manuais e Cartilhas de*
459 *orientação para a as entidades. Como foi criado o GT de procedimentos, então o que estava sendo*
460 *discutido na Comissão de Normas foi encaminhado para o GT, que é o assunto da letra C. Da letra*

461 C até a letra G, ficou a atribuição do GT. O registro ficou para a Conselheira Dolores e a
462 Conselheira Edna, que ainda não foi realizado, e isto, não nos reunimos ainda, e a importação, nós
463 tínhamos, com revisão pelo Conselheiro Renato e Conselheiro Clodoaldo. Mas já ficou prejudicado
464 porque este assunto não é mais da competência deste Conselho, e está no Ministério do
465 Desenvolvimento. Denúncia: o grupo formado por integrantes da Comissão de Normas e de
466 Conselhos, e o resultado dos estudos da revisão da Resolução 31, que é a Conselheira Edna e a
467 Dolores, que ainda está para ser feita, porque nós condições de nos reunir. Da Resolução 173, foi
468 prejudicado, porque é a da importação! As cartilhas serão elaboradas após o trabalho do GT. A
469 Conselheira Dolores e o Conselheiro Pasquini ficaram de passar uma resposta para o documento
470 do voto. O modelo de parecer técnico também seriam revisados, e serão revisados após à
471 conclusão dos trabalhos de revisão das Resoluções, e isto depois do trabalho do GT de
472 procedimentos. Foi recomendado ao GT instituído pela Resolução 44, que discute o tempo de
473 trabalho, o tempo de Plenária reservada aos julgamentos, metas para analistas e Conselheiros
474 Relatores. Isto já foi encaminhado ao GT, e também foi encaminhado ao GT que estude a
475 possibilidade de fixar um procedimento de rotina para a revisão de ofício de processos julgados,
476 mediante seleção por amostragem. Então são coisas que foram encaminhadas ao GT. O quarto
477 assunto, e este assunto é importante, porque o problema está ocorrendo, é a revisão dos incisos 10,
478 11 e 12, do artigo 4º da Resolução 177/2000. A Resolução 177, de dez de agosto de 2000,
479 publicada no Diário Oficial de 24 de agosto de 2009, que estabelece regras e critérios para a
480 concessão e renovação de entidade de fins filantrópicos. Neste momento, aqui, acho que deveria
481 ser certificado de entidade beneficente de Assistência Social. Apesar de o GT ter ficado responsável
482 pela revisão da Resolução 177, o GT instituído pela Resolução 44/2009, é urgente a revisão das
483 exigências contidas nos incisos 10, 11 e 12, do artigo 4º da Resolução, que estão abaixo
484 transcritos. Art. 4º. São documentos necessários ao encaminhamento do pedido de concessão ou
485 renovação do certificado. Inciso 10º. Comprovante de inscrição no Conselho Municipal de
486 Assistência Social do Município, de sua sede, se houver, ou no CNAS, ou no Conselho de
487 Assistência Social do Distrito Federa. Da mantenedora e das mantidas. Inciso 11º. Cópia
488 autenticada e atualizada do cadastro nacional de pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda,
489 conhecido pela sigla de CNPJ. Anteriormente, designado por cadastro geral de contribuintes –
490 CGC, da mantenedora e das mantidas. Inc. 12. Cópia da declaração de utilidade pública federal e
491 respectiva certidão atualizada fornecida pelo Ministério da Justiça. Aqui cabe ressaltar que nós,
492 em reunião com o Ministério da Justiça, conversamos sobre este assunto, e ele nos disse que a
493 certidão é um documento muito mais hábil do que a declaração de utilidade pública. Isto foi
494 somente um parêntese para adentrarmos nos encaminhamentos. 4.1, encaminhamentos: alterar o
495 texto dos incisos 10, 11 e 12, conforme minuta de Resolução em anexo. É o anexo dois que vamos
496 ler depois! Que é, realmente, tirar a autenticação da cópia do CNPJ, é não exigir mais declaração
497 de utilidade pública e respectiva certidão. A certidão é suficiente! Então, está lá na Resolução, nº
498 2. Então, suprimir do texto do inc. 10 do artigo 4º. Da mantenedora e das mantidas. Devemos tirar
499 esta palavra de lá! No inciso 11, cópia autorizada, alterar para cópia autorizada pelo Cadastro de
500 Pessoas Jurídicas, no Ministério da Fazenda. Conhecida pela sigla de CNPJ, antigamente
501 designado por cadastro geral de contribuintes – CGC. E a alteração do 12 para “certidão
502 atualizada fornecida pelo Ministério da Justiça, que comprova a declaração de utilidade pública
503 federal. Então isto é importante neste momento, para que os processos continuem dando entrada
504 aqui. Onde tem sigla? Ah tá! Tudo bem! Ótimo! Quinto assunto: entidades cujo certificado vence
505 nos meses de janeiro à março. As entidades cujos certificados vencem nos meses de janeiro a
506 março nem sempre dispõe da documentação contábil adequada, pois o prazo legal para a
507 publicação e apresentação dos demonstrativos contábeis, é até o dia 30 de abril, conforme a

508 *Receita Federal. E se a entidade aqui vence em janeiro, fevereiro ou março, ela tem que comprovar*
509 *o exercício anterior, só que ela ainda não tem, isto, exercício anterior! E ela não tem ainda a*
510 *documentação hábil pronta. Então, quais foram as nossas considerações, os encaminhamentos: as*
511 *entidades cujos certificados vencem nos meses de janeiro a março, devem ter até abril para*
512 *apresentar os documentos contábeis legalmente exigidos. Porque em abril tem que estar pronto! É*
513 *o prazo final para ela! Isto! Recomendar ao GT criado pela Resolução 44, que estude a*
514 *possibilidade de definir que os pedidos de concessão originárias, sejam julgados de maio á*
515 *dezembro, tendo em vista o prazo até trinta de abril para aprovação e publicação dos*
516 *demonstrativos contábeis. Justamente para não ter mais prazo de vencimento em janeiro, fevereiro*
517 *e março. E solicitar à Secretaria Executiva o quantitativo dos certificados que vencem nos meses de*
518 *janeiro, fevereiro e março. E antes do assunto: proposta de alteração do regimento. Aqui a*
519 *proposta é um relato! Proposta para criação de uma fase de pré análise documental. A pré-análise*
520 *vai examinar as formalidades previstas , que não foram cumpridas nos documentos apresentados.*
521 *Isto já foi bastante discutido, até em Plenária há idéia desta pré-análise. Encaminhamentos:*
522 *alterar o texto do artigo quarto, Parágrafo Quarto do artigo 31 do Regimento Interno do CNAS,*
523 *aprovado pela Resolução CNAS 53, de 31 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial de doze de*
524 *agosto de 2008, conforme minuta de resolução apresentada no anexo 3º. Nestes termos: verificada*
525 *a ausência de documento de apresentação obrigatória para pedidos de registro e certificado, a*
526 *entidade será notificada sobre os motivos que impediram a autuação e os documentos apresentados*
527 *serão devolvidos. Redação proposta: verificar da ausência de documento obrigatório, ou*
528 *apresentação em desacordo com as exigências normativas, a entidade será notificada sobre os*
529 *motivos que impediram a autuação, e os documentos apresentados serão devolvidos. 6.2,*
530 *implementação de estrutura administrativa para a realização deste serviço, para execução de*
531 *imediato, da pré-análise documental”. Sete e oito superados, com leitura da minuta dois e três. A*
532 *senhora Presidente passou aos destaques, com a Conselheira Thayz sugerindo quanto aos processos*
533 *prematureos que se colocassem antecedentes a mais, para não dar margens a erros, aprovado pelos*
534 *presentes. Item 3: aprovado; item 4: revisão dos incisos 10, 11 e 12 do artigo 4º da Resolução*
535 *177/2000, que estabelecia regras e critérios para a concessão ou renovação do certificado de*
536 *entidade de fins filantrópicos, com sugestão pela Conselheira Edna de onde se lia “certificado de*
537 *entidade de fins filantrópicos” alterasse para “beneficentes de Assistência Social”, em toda*
538 *Resolução. A Sra. Christiane passou à leitura da Minuta: “Resolução. Altera a Resolução CNAS nº*
539 *177, de 10 de agosto de 200, que estabelece regras e critérios para a concessão ou renovação do*
540 *certificado de entidades de fins filantrópicos. O Conselho Nacional de Assistência Social, em*
541 *reunião ordinária realizada nos dias... No uso das competências e atribuições conferidas pelo*
542 *artigo 18 da Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS,*
543 *resolve: art. 1º. Alterar os incisos 10, 11 e 12 do artigo 4º da Resolução CNAS nº 177, de 10 de*
544 *agosto de 2000, que passam a vigorar com a seguinte redação. Art. 4º, inc. 10. Comprovante de*
545 *inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de sua sede, se houver, ou no*
546 *Conselho Estadual de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.*
547 *Inc. 11. Cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, conhecida*
548 *pela sigla CNPJ, anteriormente designado por Cadastro Geral de Contribuintes – CGC. 12.*
549 *Certidão atualizada, fornecida pelo Ministério da Justiça, que comprova a declaração de utilidade*
550 *pública federal. Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”. Após essa*
551 *apresentação, a minuta foi aprovada pelo Pleno. Item 5: A Conselheira Thayz indagou se as*
552 *instituições, tendo prazo até abril para apresentar a documentação teriam o certificado prorrogado*
553 *até esse prazo, com a Conselheira Edna esclarecendo que teria que fazer o pedido na data correta,*
554 *sendo o prazo prorrogado para apresentar a documentação contábil do ano anterior, com o pedido*

555 da renovação aceito tempestivamente, até apresentação da documentação contábil, esclarecendo a
556 situação. Após diversas colocações sobre o item 5.1, que teria uma minuta, com os itens 5.2 indo o
557 GT e o 5.3 seria feito pela Secretaria-Executiva, com o item 5 sendo totalmente discutido. Item 6:
558 pré-análise para examinar as formalidades previstas, que não foram cumpridas nos documentos
559 apresentados. A Conselheira Dolores destacou ser de suma importância essa alteração regimental,
560 considerando a falta de documentos no processo. A Secretária-Executiva ressaltou que conforme o
561 Regimento não se autuavam processos com ausência de documentos, destacando a normatização
562 existente, e sugerindo, como **encaminhamento**, uma consulta à Consultoria Jurídica para definir
563 essa questão. A Conselheira Edna, respeito à portaria existente, destacou que o documento de
564 formalização do processo não deveria ser cópia, sendo o pedido original assinado pelo Presidente e
565 entendendo haver um equívoco da área técnica do Conselho, quando dizia que só aceitava cópia
566 autenticada, com as cópias que compunham o processo não precisando ser autenticadas, apenas o
567 documento de formalização do processo. Concordava com a Secretária-Executiva de consulta à
568 CONJUR, esclarecendo essa necessidade de autenticação conforme o processo. O Dr. Douglas
569 destacou que a verificação documental se fazia tendo em vista dois aspectos: a operacionalidade e a
570 atribuição de certeza do procedimento, com a certeza e a efetividade não podendo ser prejudicadas e
571 tendo que caminhar juntas. Observou que a veracidade dos documentos sempre poderia ser
572 questionada por parte da autoridade pública, encontrando desnecessária qualquer consulta, com a
573 concordância do Conselheiro Renato Saidel. O Conselheiro Josenir corroborou essas palavras,
574 explicando que o Código Civil autorizava a juntada de cópias simples em juízo e eventualmente a
575 comprovação do original ou cópia autenticada mediante impugnação, questionando que se em juízo
576 podia juntar cópias simples, porque no CNAS deveriam ser autenticadas, esclarecendo o que o
577 Decreto 6932 dispunha sobre a simplificação do atendimento público ao cidadão. A Secretária-
578 Executiva, considerando a manifestação da CONJUR, observou que se exigiria cópia autenticada se
579 estivesse na Resolução ou se alteraria a norma que se havia acabado de fazer. A Conselheira Thays
580 indagou se, considerando que a instituição havia apresentado o Estatuto autenticado, como ficaria a
581 apresentação de sua alteração, com a Conselheira Edna dizendo que havia que consultar o processo
582 anterior para ver como era o estatuto. O Conselheiro Renato Saidel informou que existia um grupo
583 de trabalho discutindo essa questão, observando que se o tema fosse encaminhado ao grupo
584 composto pelos Conselheiros Edna, Josenir, Charles e o próprio Conselheiro Renato Saidel.
585 Complementando, a Conselheira Marisa observou que estatuto e ata eram registrados em cartório,
586 podendo ser cópia simples. A Conselheira Edna referiu-se à preocupação manifestada pela
587 Secretária-Executiva sobre o entendimento dos técnicos do serviço de certificado e análise sobre a
588 certificação de todos os documentos, devendo ser mantido o que a Resolução exigia, encaminhando
589 o assunto para o GT analisar a resolução. A Secretária-Executiva observou ter uma proposta de
590 alteração do Regimento que estava em discussão, devendo ser consultada a CONJUR e não
591 encaminhar para o GT, devendo se chamar a votação nominal para essa alteração. A Conselheira
592 Edna passou ao Item 6, para votação, lendo a redação proposta: “*Resolução sem número de*
593 *setembro de 2009. Altera o artigo 31 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Assistência*
594 *Social – CNAS, aprovado pela Resolução CNAS nº 53, de trinta e um de julho de 2008. O Conselho*
595 *Nacional de Assistência Social, CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 16 e 17 de*
596 *setembro, no uso das competências e atribuições conferidas pelo artigo 18 da Lei 8.742, de sete de*
597 *dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, Resolve: Art. 1º. Alterar o*
598 *Parágrafo Quarto do artigo 31 do Regimento Interno do CNAS, aprovado pela Resolução CNAS nº*
599 *53, de 31 de julho de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 31. Parágrafo*
600 *Quarto. Verificada a ausência de documento obrigatório, ou apresentação em desacordo com as*
601 *exigências normativas, a entidade será notificada sobre os motivos que impediram a autuação, e os*

602 *documentos apresentados serão devolvidos. Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua*
603 *publicação. Márcia Maria Biondi Pinheiro, presidente do CNAS.”* Após colocações sobre o teor da
604 proposta, a Secretária-Executiva observou ter que dizer que eram pedidos de registro, concessão e
605 renovação e a Conselheira Edna sugerindo a exclusão de importação, solicitando nova redação, a
606 ser feita pelos Conselheiros Clodoaldo e Mauro. O Dr. Douglas esclareceu que o problema era a
607 questão da Portaria Normativa 05, de 2002, com o processo devendo ser autuado preferencialmente
608 por um documento original, mas podendo ser autuado utilizando-se uma cópia de documento,
609 considerando-se que o servidor tinha fé pública para autenticar documentos e fazer reconhecimento
610 de firmas. Destacou os procedimentos do CNAS, com o envio de documentação por correio ou
611 sedex, observando como ficaria esse procedimento de receber e devolver a documentação, sendo
612 questão administrativa. A Secretária-Executiva ponderou sobre o cumprimento desta portaria para
613 efeitos de todos os documentos, ou seja, não havendo documentos no Conselho para ser habilitado,
614 que não fosse original, ou cópia autenticada, interpretação interna de unidades da Secretaria-
615 Executiva, que queria pacificar e sugerir uma consulta à CONJUR, com a concordância do Dr.
616 Douglas nesse aspecto, observando que sua ponderação havia sido sobre a confrontação dos
617 documentos. A Conselheira Thayz indagou a data da portaria, observando que em confronto com o
618 Código Civil, demandava uma análise mais profunda. A senhora Presidente destacou que a
619 Resolução seria encaminhada para o GT e discutida no dia seguinte, indagando da Conselheira
620 Edna sobre o outro Relatório, que procedeu à sua leitura: *“Memória da Reunião ordinária da*
621 *Comissão de Normas. Eu esclareço que algumas coisas foram relatadas em alguns momentos, que*
622 *eram urgentes! É por isto que há assuntos já superados! Memória da Reunião Ordinária da*
623 *Comissão de Normas, realizada no dia 16 de junho de 2009, das 14 horas às 18 horas, no CNAS.*
624 *Conselheiros titulares ou na titularidade presentes: Edna Aparecida Alegro, Maria Dolores Cunha*
625 *Pinto, Carlos Eduardo Ferrari, Mizael Conrado de Oliveira, Fátima Aparecida Rampim, Renato*
626 *Francisco dos Santos Paula. Conselheiros Suplentes presentes: Antônio Celso Pasquini, Clodoaldo*
627 *de Lima Leite. Ausências Justificadas: Conselheira Titular Rose Mary. Ausência Justificada*
628 *Conselheiro Suplente: Josenir Teixeira. Ausência dos Conselheiros Suplentes: Maurício Sarda*
629 *Faria, e Mauro César Nogueira. Apoio: Ariane Rodrigues e Cristiane Camargo Meneses. Cláudia*
630 *Sabóia, e Guilherme Antônio Sousa Ferreira. O primeiro assunto já foi superado. O segundo*
631 *assunto: parecer 293/2009, da CJ/MDS. Processo 44006003429/2001-63, da Obra Social São*
632 *Judas Tadeu. Trata-se de pedido de registro e concessão do certificado indeferido, com pedido de*
633 *reconsideração do julgamento. A nota técnica foi elaborada sem aprovação da junta de*
634 *reconsideração. Houve julgamento da reconsideração na Câmara nº 1, como se fosse pedido*
635 *original de registro e CEAS, e publicação equivocada da decisão na Resolução 258/2006, que*
636 *retira processos de pauta. Após consulta, foi emitido o parecer 293/2009, da CONJUR/MDS,*
637 *recomendando a anulação do segundo julgamento, e a submissão do pedido de reconsideração à*
638 *Plenária, nos termos do artigo 45 do Regimento Interno. Conclusão: naquele momento o*
639 *encaminhamento foi de aguardar a conclusão dos trabalhos do GT instituído pela Resolução*
640 *44/2009, e dar prioridade a este processo, quando da retomada do julgamento de tais processos!*
641 *Item 2.2. Publicar Resolução anulando o julgamento com base no parecer 293/2009 da*
642 *CONJUR/MDS. O assunto terceiro foi superado com a publicação da Portaria 208. Assunto*
643 *quarto. Leitura do parecer 420, sobre consulta PROUNI, especialmente quanto ao entendimento do*
644 *que deve integrar a receita da entidade para fins de demonstração do percentual de gratuidade.*
645 *Encaminhamentos. 4.1. Sempre que for recebida nota ou parecer da CONJUR/MDS, solicitar o*
646 *encaminhamento também em meio eletrônico para distribuição aos Conselheiros, principalmente*
647 *com deficiência visual, para facilitar a discussão destas matérias. 4.2. Levar este assunto ao GT*
648 *instituído pela resolução CNAS 44/2009, sugerindo que o entendimento definido pela CONJUR*

649 seja observado. Assunto cinco: já foi aprovado o cinco, o encaminhamento 5.1., e o 5.2., já foi
650 superado! Assunto seis: revisão da Resolução 31, que trata de processos de importação, e 173,
651 prejudicada... Então as duas Resoluções. Continuamos... A Resolução 173 está prejudicada porque
652 trata de importação, e a 31, como eu já disse no relato anterior, está, ainda vai ser discutida pelas
653 Conselheiras Edna e Dolores, quando pudermos marcar uma reunião para este fim, para
654 apresentar a minuta! Este assunto, para mim, ele inteiro está prejudicado, porque ele já foi
655 acabado de ser discutido no relato anterior, então acho que ele nem deveria estar mais aqui. O
656 sexto inteiro! Ele é todo prejudicado! Porque acabou de ser discutido no assunto anterior. Assunto
657 sete: planos de ação de atividades enviados a este Conselho após a publicação da Medida
658 Provisória 446/2008. A 446... Não é 2009! Relato: alguns planos de ação de atividades de
659 entidades foram recebidos no serviço de protocolo do CNAS após a publicação da Medida
660 Provisória 446/2008. Encaminhamento dado pela Comissão de Normas: devolver para as
661 entidades qualquer documento que não for afeto às atribuições do Conselho, informando que o
662 documento não é de apresentação obrigatória neste Conselho. O assunto oito foi aprovado. E
663 encerramos o relato de junho”. O Conselheiro Mauro justificou sua ausência, por estar de férias, de
664 8 a 17 de junho de 2009. O Conselheiro Renato Saidel referiu-se ao item 2.1, especificamente nos
665 encaminhamentos, entendendo que no item 2 do relatório, no parecer da Obra Social São Judas
666 Tadeu, havia ocorrido uma falha administrativa, sugerindo encaminhar para julgamento para não
667 prejudicar a entidade. A Conselheira Edna informou o que havia ocorrido, concordando que se
668 poderia dar prioridade, caso fosse o entendimento da Plenária, de alterar o item 2.1, ao que a
669 Secretária-Executiva ponderou não ser revisão de julgamento, mas um cancelamento, com base no
670 parecer da CONJUR, e um novo julgamento a partir dessa discussão, ficando consensuada seu
671 envio para o GT, para discussão dos itens 2.1. e 2.2, sendo aprovados os Relatórios com todas as
672 ressalvas, inclusive a última feita pela Conselheira Dolores. Passando para **juízo de um**
673 **processo** para terminar o assunto das normas, a senhora Presidente procedeu à leitura dos ritos
674 previstos no Regimento para os Conselheiros novos, lembrando que o processo do Lar Espírita
675 Clara de Assis era de reconsideração de registro, sendo objeto de Plenária, com relatoria do
676 Conselheiro José Crus. Destacou haver possibilidade de retirada de pauta durante a discussão pelo
677 Conselheiro, podendo outro Membro pedir vista. O Conselheiro José Crus procedeu à leitura do
678 “Parecer técnico nº 71010001644/2009-1991, com pedido de reconsideração em face do
679 indeferimento do registro protocolado em 30 de julho de 2009, esclarecendo a situação da
680 entidade, com a seguinte Conclusão: pelas razões expostas, o serviço de registro e certificado,
681 sugere ao colegiado deste conselho, o deferimento, em grau de reconsideração, do pedido de
682 registro de entidade apresentado pelo Lar Espírita Clara de Assis – Lar de Clara, por atender aos
683 requisitos previstos na legislação que regulamenta a matéria”. Em não havendo discussão o voto
684 do relator foi pelo deferimento, em consonância com a nota técnica expedida pelo serviço de
685 análise. A Secretária-Executiva, citando a presença de 15 Conselheiros na Titularidade ou titulares,
686 procedeu à votação nominal: Carlos Ferrari? “Voto com o relator”. Conselheiro Renato Saidel? O
687 Conselheiro Renato está ausente na sala. Conselheira Margareth Alves? “Voto com o relator”.
688 Conselheira Fátima? “Voto com o relator”. Conselheira Edna? “Eu fiquei um pouco ausente, e vou
689 me abster”. Conselheira Valéria? “Voto com o relator”. Conselheira Thayz? “Voto com o relator”.
690 Conselheiro Frederico? “Voto com o relator”. Conselheira Dolores? “Voto com o relator”.
691 Conselheiro Renato de Paula? “Voto com o relator”. Conselheira Rosa? “Voto com o relator”.
692 Conselheira Márcia Pinheiro? “Voto com o relator”. Conselheiro Vicente? “Voto com o relator”.
693 Conselheiro Mauro? “Voto com o relator”. A senhora Presidente computou treze votos pelo
694 deferimento, e uma abstenção, com a ausência do Conselheiro Saidel. Câmaras de Juízo.
695 Informou que a Câmara de Juízo número 1 era na sala da Coordenação de Política; 2 era

696 nesse recinto; e a 3 era na sala da Sra. Liliane. O Conselheiro Falqueto informou que no dia
697 seguinte a CNBB realizaria, no auditório Nereu Ramos, a V Conferência da Paz, no Brasil, às
698 11h30min, com o lançamento da Campanha da Fraternidade 2010, com o tema “Economia e Vida”,
699 distribuindo a programação e solicitando autorização ao Conselho para participar da mesa de
700 abertura em sua representação. A senhora Presidente comunicou que a Plenária do dia seguinte teria
701 vários assuntos, inclusive a Comissão Organizadora, e consulta dos demais Membros sobre a
702 proposta do Conselheiro Falqueto. A Secretária-Executiva informou que a pauta do dia seguinte
703 iniciaria às 9h, com o relato do GT da Resolução 44; relato da Comissão de Conselhos, pendente da
704 reunião passada; relato da Comissão Organizadora. Tarde, relato do GT Composição; relato da
705 Comissão de Política, que havia ficado pendente. Informou que o relato da Presidência Ampliada
706 aconteceria nesse dia, solicitando aos seus componentes que comparecessem às 18h na sala da
707 Presidência. A senhora Presidente sugeriu a escolha de dois representantes para o evento da CNBB,
708 o Conselheiro Falqueto e outro Conselheiro. Ressaltou a importância das deliberações que
709 aconteceriam na reunião do dia seguinte e a preocupação de se manter nessa oportunidade a pauta e
710 o quorum. **E ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente encerrou a
711 reunião. **ABERTURA.** Aos dezessete dias do mes de setembro de dois mil e nove, dando
712 prosseguimento à Centésima Septuagésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
713 Assistência Social – CNAS, a Secretária-Executiva procedeu à conferência do quorum:
714 Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes: Conselheira Márcia, Conselheiro Frederico,
715 Conselheira Edna, Conselheira Fátima, Conselheira Tânia, Conselheira Thayz, Conselheiro Mauro,
716 Conselheira Rosa, Conselheiro Carlos, Conselheiro José Crus. Conselheiros Suplentes presentes:
717 Conselheiro João Carlos, Conselheiro Josenir, Conselheira Marisa e Conselheiro Edivaldo. A
718 senhora Presidente informou a pauta: Relato do GT Resolução 44 e a distribuição dos processos,
719 realizada no dia anterior; Relato da Comissão de Conselho; 10h30 às 13h: Relato da Comissão
720 Organizadora. Tarde. 14h: relato do GT Composição; Relato da Comissão de Política; 17h30min:
721 Apreciação da revisão do Regimento Interno; e, Relato da Presidência Ampliada. A Secretária-
722 Executiva registrou a presença da Conselheira Valéria. **Relato do GT Resolução 44 e a**
723 **distribuição dos processos.** A Conselheira Edna, antes do Relato do GT, referiu-se à distribuição
724 dos processos: no dia anterior a Comissão de Normas havia se reunido para distribuir 54 processos,
725 cabendo três a cada Conselheiro e cuja relação seria entregue. Esclareceu que havia restado na
726 Câmara de Julgamento 01 um processo que não havia sido votado, por ter um pedido de vista do
727 Conselheiro Pasquini, não sendo colocado em julgamento no dia anterior por ausência da Relatora,
728 Conselheira Heloísa e do Conselheiro Celso Pasquini, tendo que ser redistribuído para a
729 Conselheira Renata, que ficou com cinco processos. Procedeu ao “*Relato da Reunião do GT*
730 *Procedimentos. O GT instituído pela Resolução 44. Só não é exatamente um relato, é um informe, a*
731 *reunião ocorreu em 9 de setembro de 2009, das 9h às 18h, no CNAS. Conselheiros presentes: Edna*
732 *Aparecida Alegre, Josenir Teixeira, Renato Saidel Coelho e Renato Francisco dos Santos Paula*
733 *como convidado. Ausente o Conselheiro Charles e convidado, representando a Consultoria*
734 *Jurídica, doutor Douglas Locateli. Apoio, contamos com a Cláudia Sabóia, Ariane de Almeida*
735 *Rodrigues, Wellington Aragão Lima e Getúlio Rodrigues da Silva. Tivemos os informes da*
736 *Secretaria Executiva quanto ao número de processos. O número de processos atualizado até 11 de*
737 *agosto. Concessão e reconsideração em concessão: 1066 processos. Renovação e reconsideração*
738 *em renovação: 317 processos. Estes, todos estes após a Medida Provisória 446/2008. Registro e*
739 *certificado: 138 processos. Também número exclusivamente após a MP. Representação: 86*
740 *processos. Recurso e contra-razões: 592 processos sem decisão que serão encaminhados ao*
741 *Ministério da Previdência Social. Revisão: um processo do TCU de recomendação do TCU, 44*
742 *processos da CGU e relativos ao trabalho da Polícia Federal, 44 entidades. Mais alguns processos*

743 da CJ/MDS, da Presidência do CNAS, da Secretaria Executiva. Então este é o nosso panorama
744 com relação aos processos e o que nós temos que dar andamento. E a pauta, o primeiro assunto da
745 pauta era o procedimento para aplicação da Portaria MDS 208 de 2009. Os encaminhamentos a
746 este ponto 1.1 está meio solto, está equivocado. Encaminhamentos: serão devolvidos ao Ministério
747 da Previdência Social os processos de recursos e as contra-razões em apenso. O processo
748 recolhido deverá ficar no CNAS. O que é isso? Todos os processos de recursos que foram atingidos
749 pela Medida Provisória precisam conter o despacho respectivo dizendo qual é a situação dele, qual
750 a consequência da aplicação da Medida Provisória com relação àquele processo. E eles forma
751 encaminhados aqui para o Conselho sem despacho algum. Só foram encaminhados para cá. Então
752 nós estamos devolvendo a consultoria ao Ministério da Previdência Social, que é o órgão
753 competente para dizer se o recurso está extinto, se não está extinto e inclusive aquela situação se o
754 recurso é da entidade, que o processo original aqui no CNAS teve o julgamento alterado em função
755 da Medida Provisória. Mas quem tem que deixar isso claro no processo de recurso é o Ministério
756 da Previdência. Os processos serão devolvidos de imediato, relacionados em ofício de
757 encaminhamento com a indicação do número de volumes respectivos. E recomendando que o
758 Ministério da Previdência informe ao CNAS sobre os processos, os recursos existentes e as
759 respectivas decisões. Não só daqueles processos que estavam aqui estão sendo devolvidos, mas
760 qualquer recurso que tinha lá e que foi atingido pela Medida Provisória. Procedimentos para
761 análise e julgamento dos processos de concessão em renovação do certificado de entidade
762 beneficente de assistência social. Como nós estávamos discutindo, o assunto eram os
763 procedimentos para aplicação da Portaria 208, nós entendemos devido encaminhar um
764 memorando ao senhor Ministro de Estado, Ministro Patrus Ananias sugerindo uma articulação
765 para assinatura de um Acordo de Cooperação entre os Ministérios da Saúde, Educação, Fazenda e
766 Desenvolvimento Social e Combate à Fome no sentido de estabelecer parceria para que tais órgãos
767 designem servidores para compor equipe a ser centralizada no CNAS visando operacionalizar a
768 efetiva análise dos processos de concessão em renovação do certificado de que trata a Portaria
769 208”. A Conselheira Edna observou que enquanto se aguardava a decisão do senhor Ministro e a
770 constituição da equipe interministerial de análise deveriam ser verificados pela Secretaria-Executiva
771 os processos a serem arquivados em função do não-cumprimento de diligência, com o Conselheiro
772 Renato Saidel informando haver alguns processos dos quais se deveria fazer um inventário. A
773 Conselheira Edna observou que o item “Os processos remanescentes que ainda não tiveram a
774 verificação realizada quando da Medida Provisória, deverão ser feitos agora”. Que outro item
775 discutido e já tendo o encaminhamento era sobre os processos com indicação de revisão de
776 julgamento, que seriam analisados, reanalisados e julgados de acordo com o Regimento Interno, as
777 resoluções do CNAS e o Decreto 2536 de 1998, pois não estavam abarcados pela Portaria 208.
778 Reiterou que a revisão de julgamento seria feita, sendo que já foram distribuídos processos na
779 última Reunião Plenária, tratando-se posteriormente das prioridades de análise e julgamento dos
780 processos mais urgentes. Processos cujo julgamento seria revisto por indicação da CGU, do TCU,
781 da CONJUR do MDS, da Polícia Federal, da Presidência do CNAS, ou Secretaria-Executiva,
782 devendo ser observado o prazo de decadencial de cinco anos para a administração rever seus atos.
783 Pedidos de concessão, que estava sendo mais prejudicado com edição de Medida, rejeição de
784 Medida e falta de análise porque foram encaminhados para os Ministérios, voltaram dos
785 Ministérios, estando sem decisão. Pedidos de renovação intempestivos porque a validade do
786 certificado em função do parecer da Conjur do MDS só era a partir da publicação do julgamento, o
787 que poderia causar prejuízo à entidade se houvesse demora. Representações não abarcadas pela MP
788 446/2008. Além da orientação quanto à prioridade de análise e julgamento, recomendavam que
789 deveria ser feito levantamento do quantitativo de processos que estavam nas situações indicadas

790 acima e que teriam o julgamento prioritário. **Assuntos para a Secretaria-Executiva:** Os demais
791 assuntos que compuseram a pauta do GT nessa reunião ficaram sobrestados até que se tivesse a
792 resposta do senhor Ministro para fazer todas as definições que eram necessárias com relação aos
793 procedimentos. Esclareceu que o relato seria corrigido, não sendo uma alteração de Plenário e sim
794 uma alteração de relato, solicitando sua autorização pelos Conselheiros. O Conselheiro Edivaldo, a
795 título de registro, indagou que a parte não seria relatada e se os demais assuntos que compunham a
796 pauta ficariam sobrestados e que havia solicitado à Conselheira Edna se a parte que estava logo
797 após o relatório era relativa aos assuntos sobrestados e se seria lido ou não, sendo importante essa
798 leitura para registro. A Conselheira Marisa manifestou sua preocupação com a quantidade de
799 processos para análise, sendo importante se marcar um dia para isso. A senhora Presidente solicitou
800 à Conselheira Edna que respondesse as questões colocadas, que disse ao Conselheiro Edivaldo que
801 faria a leitura imediata dos itens que estavam sobrestados. Informou à Conselheira Marisa entender
802 sua preocupação e que também era de todos, principalmente dos integrantes do GT, da Comissão de
803 Normas, da própria Presidência, tendo que se aguardar a resposta do senhor Ministro para concluir
804 esse trabalho. Informou que os integrantes do GT estavam pensando em como operacionalizar e dar
805 andamento aos trabalhos, mas dependendo da resposta do Ministro e que assim que fosse recebida
806 se marcaria reunião. A senhora Presidente complementou que após o GT havia sido encaminhado
807 esse ofício ao Ministro, que por sua vez encaminhou à Consultoria Jurídica, estando em apreciação.
808 A Conselheira Edna procedeu à leitura dos assuntos sobrestados: *“Perguntas e respostas sobre a*
809 *Medida Provisória 446/2008, revisão de Resoluções internas e formulários, principalmente a*
810 *Resolução 177 de 2000 e 47 de 2007, manual de procedimentos de análise de processos, modelo de*
811 *parecer técnico manual de relatoria, diretrizes para capacitação, diretrizes para elaboração de*
812 *cartilha de orientação para as entidades”*. O Conselheiro Renato Saidel, informando ter recebido o
813 ofício por e-mail, sugerindo encaminhar para todos os Conselheiros para ciência do seu conteúdo.
814 A senhora Presidente procedeu ao registro dessa sugestão. Não tendo mais questões, colocou em
815 votação o relatório da Comissão de Normas com todas as observações, sendo aprovado pelos
816 presentes. Na sequência, passou ao **Relato da Comissão de Conselhos**, pelo Conselheiro Renato
817 Saidel: *“Memória da Reunião da Comissão de Conselhos de Assistência Social do CNAS. O*
818 *Conselheiro Edivaldo está pedindo o arquivo por meio eletrônico, da memória da reunião. Foi*
819 *realizada no dia 4 de agosto de 2009, na sala 108 do CNAS, das 9h às 17h. Conselheiros presentes:*
820 *Carlos Eduardo Ferrari, Charles Roberto Pranke, Clodoaldo de Lima Leite, Samuel Rodrigues,*
821 *Margareth Alves Dalarruvera, Renato Francisco dos Santos Paula, Renato Saidel Coelho, Helena*
822 *Ferreira de Lima, Heloísa Helena Mesquita Maciel, Sérgio Wanderly da Silva, Tânia Mara Garib.*
823 *Conselheiros com ausências justificadas: Edivaldo da Silva Ramos. Apoio: Liliane Neves, Rosana*
824 *de Cássia Alves da Silva. Primeiro assunto: eleição para recondução do coordenador e*
825 *coordenador-adjunto da Comissão de Conselhos de Assistência Social do CNAS. A Comissão*
826 *definiu como coordenador o Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari e para coordenador-adjunto o*
827 *Conselheiro Renato Saidel Coelho. Discussão do plano de ação da Comissão. A Comissão de*
828 *Conselhos reuniu-se para finalizar o plano de ação da Comissão de Conselhos mediante as*
829 *questões que apareceram durante o processo de debate a Comissão apresentou necessidade de*
830 *prorrogar o debate para mais uma reunião. O encaminhamento proposto pela Comissão é pautar a*
831 *questão na próxima reunião da Comissão, em setembro de 2009”*. O Conselheiro Ferrari observou
832 que o plano de ação debatido na reunião do dia 4 de agosto era um material bastante extenso, sendo
833 uma demanda do planejamento estratégico, e que no dia anterior, na reunião de Presidência
834 Ampliada, havia sido cogitada a possibilidade de vir em um relato *a posteriori* e se fazer uma
835 próxima reunião da Comissão de Conselhos no dia 21 de outubro, onde se fecharia esse plano de
836 ação. Esclareceu que por ter sido discutido no dia anterior na Presidência Ampliada ainda não

837 estava no relato, onde seria colocado assim que fosse aprovado. O Conselheiro Renato Saidel
838 sugeriu pautar a reunião para o dia 21 de outubro. A Conselheira Edna sugeriu alterar o
839 encaminhamento “pautar a questão na próxima reunião da Comissão, de setembro” deixando “na
840 próxima reunião” e que fosse realizado em qualquer data. A senhora Presidente colocou o relato em
841 votação, sendo aprovado com todas suas discussões pelos Conselheiros. **Relatório da Comissão**
842 **Organizadora.** Aparteando, a Conselheira Edna reiterou a discussão sobre a necessidade de laptop
843 para os Conselheiros, com a senhora Presidente esclarecendo que a Comissão de Financiamento já
844 havia iniciado a discussão sobre o assunto. Esclareceu não ser um equipamento para cada
845 Conselheiro e sim para a sala de reuniões do CNAS. A Secretária-Executiva procedeu à leitura do:
846 *“Informe n. 6 de 2009. O CNAS estabelece critérios para o uso dos estandes da VII Conferência*
847 *Nacional de Assistência Social. Aos Conselhos Estaduais e do DF e aos gestores estaduais da*
848 *Política de Assistência Social será disponibilizado estande na VII Conferência. O estande tem como*
849 *objetivo dar visibilidade. Isso já foi lido, esse parágrafo, dar visibilidade aos serviços sócio-*
850 *assistenciais, às ações que venham concretizar o SUAS, bem como divulgar a cultura local e expor*
851 *e vender publicações, alimentos, artesanatos regionais. No estande poderá ser distribuído trabalho,*
852 *banner, cartilhas, folhetos, documentos e outros materiais. A organização do evento vai garantir*
853 *um espaço de 9 metros quadrados para cada estado e DF com a identificação padrão para cada*
854 *um deles. Cada estande será instalado em local com ponto de rede para acesso à internet e*
855 *tomadas. Serão disponibilizadas uma mesa, quatro cadeiras e um computador com acesso a*
856 *internet e um depósito coletivo para os materiais. Observação: a organização não disponibilizará*
857 *aparelho de som para os estandes. Os expositores terão papel relevante pois farão novos contatos e*
858 *terão oportunidade de divulgar os trabalhos dos Conselhos e também a atuação da gestão*
859 *municipal, estadual e do DF. A escolha dos expositores ficará a critério dos Conselhos e dos*
860 *gestores e deve ser uma pessoa em condições de passar as informações sobre o tema focado pelo*
861 *estado e DF. É importante destacar que as pessoas que ficarão nos estandes não participarão dos*
862 *painéis e grupos de debate que serão realizados na Conferência, ou seja, eles virão para ficar nos*
863 *estandes, não são convidados nem observadores da Conferência. Cada Conselho poderá indicar*
864 *dois expositores sendo que os custos com as passagens serão por conta de cada estado, ficando o*
865 *CNAS com a responsabilidade de arcar com o custo de hospedagem e alimentação. O CNAS com o*
866 *Termo de Referência, a empresa contratada através do Termo de Referência. Os dois expositores*
867 *serão cadastrados na categoria dos expositores de estandes até o dia 5 de novembro e as inscrições*
868 *feitas após o prazo serão desconsideradas. O credenciamento dos expositores deverá ser feito por*
869 *meio de preenchimento de ficha de inscrição do estande, que tem modelo anexo e encaminhado*
870 *para a Comissão Organizadora da Conferência por meio eletrônico, ao endereço eletrônico da*
871 *Conferência. Na ficha de inscrição os Conselhos deverão informar os produtos e materiais que*
872 *serão expostos no estande. A organização do evento não se responsabilizará por nenhum material*
873 *ou produto exposto nos estandes, Critérios para a venda de produtos nos estandes: a) será aceita a*
874 *venda apenas de materiais que se referem a produção de grupos de geração de renda e de usuários*
875 *da assistência social. Poderão ser colocados à venda alimentos não perecíveis e que não exijam*
876 *refrigeração devidamente etiquetados e embalados com data de fabricação e validade. Deverá ser*
877 *considerado o tempo de durabilidade dos produtos, uma vez que a realização do evento é de quatro*
878 *dias. A gestão do estoque destes produtos será de responsabilidade de cada Conselho e Secretaria*
879 *e o material impresso deverá chegar a Brasília com antecedência até o dia 27/11/2009. O endereço*
880 *e as normas de procedimentos para o envio desse material será entregue no ato da confirmação*
881 *dos estandes, e provavelmente dos expositores por parte dos Conselhos e dos gestores e cabe*
882 *ressaltar que o custo do envio ficará a cargo também de cada um dos Conselhos e gestores. No dia*
883 *30 de novembro, pela manhã, o material enviado com antecedência a Brasília será entregue nos*

884 *estandes, ou seja, no local do evento. O Conselho Estadual e do DF, os expositores que não tiverem*
885 *interesse em estande devem informar a organização do evento até o dia 10/11/2009 pelo endereço*
886 *eletrônico da VII Conferência Nacional. Duvida e informações devem ser solicitadas pelo endereço*
887 *eletrônico da VII Conferência Nacional. Informe da Comissão Organizadora, que segue em anexo*
888 *um: ficha de inscrição com dados da instituição, do Conselho, do expositor, do responsável. A*
889 *relação do material que vai ser encaminhado”. Quanto à programação, o Conselheiro Renato*
890 *Saidel referiu-se à mesa do dia 1º, das 11h às 13h “Os Usuários e Seu Lugar Político no SUAS e os*
891 *Trabalhadores da Assistência Social em Relação ao Protagonismo dos Usuários,” indagando qual o*
892 *critério definido para a escolha dos usuários, se seria alguém do movimento de população em*
893 *situação de rua as organizações dos usuários, o segmento da pessoa com deficiência e se já estavam*
894 *definidos os nomes desses segmentos. A Conselheira Edna referiu-se ao credenciamento, tirando da*
895 *manhã do segundo dia e ficando só no primeiro, não deixando de o fazer, mas não registrando na*
896 *programação. A Conselheira Tânia observou que isso não poderia ser feito, referindo-se a situação*
897 *excepcionais que poderiam ocorrer. Concordava que deveria ser só um dia, e no fim do Regimento*
898 *ter escrito que os casos omissos seriam resolvidos pela Comissão Organizadora, com a*
899 *concordância do Conselheiro Renato Saidel. A senhora Presidente ressaltou a importância e a*
900 *participação nas Conferências de Assistência Social, sendo que somente seriam casos excepcionais,*
901 *sugerindo permanecer como estava proposto, para evitar confusões. O Conselheiro João Carlos*
902 *referiu-se ao material entreguem sugerindo que o crachá fosse de papel, considerando que o*
903 *material sugerido, PVC, não era reciclável, e dispensando a entrega de canetas. A Conselheira Edna*
904 *reiterou que o credenciamento fosse feito apenas no primeiro dia, sendo exceção no segundo dia,*
905 *prevendo-se os atrasos e as exceções no Regimento Interno, e sugerindo a entrega de um kit com*
906 *material. A senhora Presidente propôs que essa observação não fosse colocada na programação,*
907 *sendo resolvida pela Comissão Organizadora. A Conselheira Tânia informou sua participação nas*
908 *Conferências, destacando as complicações no credenciamento no último evento por incompetência*
909 *da empresa contratada. Considerando a situação presente, retirou seu encaminhamento inicial e*
910 *propôs deixar para o dia seguinte, sob risco de não ter quorum para votar o Regimento, sugerindo*
911 *que a empresa estivesse presente a partir de 10 horas. Após colocações a senhora Presidente*
912 *ponderou que assim como a Conselheira Edna não havia falado em malandragem, substituindo-se o*
913 *termo por “situações adversas”. O Conselheiro José Crus defendeu que se mantivesse o*
914 *credenciamento na parte da manhã do segundo dia, não levando o assunto para a Comissão*
915 *Organizadora. O Conselheiro Renato Saidel observou que para discussão e aprovação do*
916 *Regimento Interno, havia que se ter o número de delegados, tendo que ser aprovado por maioria*
917 *simple e indagando que sem o credenciamento como se poderia garantir esse tipo de aprovação,*
918 *considerando o horário de credenciamento ser de 12h às 17h e o Regimento Interno a ser discutido e*
919 *votado das 15h30 às 17h. A Secretária-Executiva esclareceu que quando se falava em*
920 *credenciamento não era só de delegados, mas também de convidados e observadores. O*
921 *Conselheiro Frederico manifestou sua preocupação com relação à empresa, observando, também, a*
922 *questão do fluxo, com os participantes devendo se credenciar antes de ir para o hotel. A Conselheira*
923 *Marisa sugeriu trocar a aprovação do Regimento Interno e colocar no lugar da Conferência Magna,*
924 *quando todos já estariam devidamente credenciados, observando, também, como seria feita a*
925 *questão do crachá. Destacou a necessidade de alimentação especial, como também atendimento de*
926 *ambulância e outros necessários. A Secretária-Executiva esclareceu que toda essa preocupação*
927 *estava detalhada no Termo de Referência, o qual reenviaria para os Conselheiros. Observou que o*
928 *essencial era que os delegados estivessem credenciados antecipadamente, o que poderia ser feito *on**
929 **line*, discorrendo como esse procedimento poderia ser feito nos dois dias do evento. Prosseguindo, a*
930 *senhora Presidente esclareceu que o credenciamento havia ficado em parte do segundo dia.*

931 Programação cultural; aprovada; Abertura dos trabalhos da VI Conferência, aprovada; Discussão e
932 aprovação do Regimento Interno com todas as observações feitas, aprovada; jantar. Solenidade de
933 abertura, aprovado. O Conselheiro Frederico solicitou a inclusão da Vice-Presidente, o que causou
934 diversas colocações e posicionamentos, relatando-se experiências anteriores e o papel do Presidente
935 como representante do Conselho. Após discussões, o Conselheiro Renato Saidel sugeriu que um
936 Conselho Municipal participasse da composição da Mesa, com a Conselheira Valéria encontrando
937 interessante essa proposta, mas com a dificuldade em escolher um Conselho Municipal diante de 5
938 mil municípios no país e não tendo uma organização neste sentido, mas tendo que ser feita uma
939 proposta até porque o Colegiado era responsável pela organização da Conferência. Destacou que a
940 sugestão da presença da Presidente e da Vice na Mesa de abertura poderia passar a idéia de divisão
941 no Conselho, havendo confiança no trabalho da Comissão Organizadora, com os problemas
942 ocorridos na última Conferência sendo administrados com bastante eficiência. A Conselheira
943 Fátima observou que havia que simplificar a discussão sobre a participação da Presidente e da Vice
944 na abertura dos trabalhos, visto que o Presidente do CNAS representava todos os segmentos. A
945 Conselheira Margareth manifestou acatar a decisão do Pleno, inscrevendo-se em relação à proposta
946 do Conselheiro Renato Saidel na questão da representação dos Conselhos Municipais, o que poderia
947 ser levado como ponto de pauta para o Fórum Nacional. O Conselheiro Frederico concordou com a
948 proposta da Presidente, que as duas estivessem presentes e que apenas ela falaria, destacando a
949 questão da quantidade de representantes à Mesa, mas com esse mito devendo ser desmistificado. O
950 Conselheiro Renato Saidel sugeriu que como critério se poderia escolher se poderia escolher o
951 município onde o SUAS estivesse mais avançado. A senhora Presidente ponderou que quando
952 estava na mesa de uma Conferência Municipal, a instância máxima a que se dirigia era o Presidente
953 do Conselho Municipal e do Estadual, sendo que na Conferência Nacional havia o Conselho
954 Nacional como autoridade máxima do evento, sugerindo não se fazer essa inclusão para não gerar
955 polêmicas. O Conselheiro Renato Saidel manteve sua proposta sobre a participação do Conselho
956 Municipal, destacando que os critérios deveriam ser estabelecidos pela Comissão Organizadora da
957 Conferência, ao que a senhora Presidente informou que em sua fala faria uma homenagem aos
958 Conselhos Municipais. A Conselheira Tânia destacou a presença do Presidente da República na
959 abertura e o trabalho do Cerimonial, com a Comissão Organizadora tendo que estar atenta nessa
960 oportunidade. O Conselheiro Ferrari indagou como havia ficado a questão da presença da
961 Presidente e da Vice, com a senhora Presidente esclarecendo que teria a presença das duas e a fala
962 da Presidente. Com relação à programação seriam discutidos apenas os destaques. O Conselheiro
963 Renato Saidel observou que na última Mesa, que tratava das Bases para Garantir o Financiamento
964 da Assistência Social haviam apenas pessoas vinculadas ao governo nas três instâncias com exceção
965 da debatedora, cujo histórico não conhecia, sugerindo o nome do professor Josué Mussalém para
966 compor a Mesa. Indagou quais foram os critérios para definir os usuários dentro dos vários
967 segmentos e se já haviam sido definidos os palestrantes, usuários, organizações de usuários e
968 trabalhadores, com a senhora Presidente esclarecendo não se ter nomes, com os critérios tendo sido
969 discutidos com a Comissão Organizadora. O Conselheiro Ferrari colocou que, em se tratando de
970 usuários haviam partido da Resolução 24, sobre organização de usuários, discutindo e tentando
971 fugir de nomes e escolhendo perfis, com o Conselheiro Renato Saidel manifestando-se
972 contemplado. A senhora Presidente esclareceu que a Mesa do Financiamento havia sido pensada
973 para trazer a discussão para a Assistência Social, esclarecendo o porquê da escolha do nome da
974 doutora Márcia Helena Carvalho Lopes. O Conselheiro Edivaldo complementou que outro fator
975 debatido na Comissão era que após a fala do MDS, viria o representante dos gestores municipais e
976 estaduais, onde cada um colocaria sua posição. A Conselheira Margareth discorreu sobre as
977 propostas que haviam trabalhado para compor essa Mesa, com as dificuldades sendo trazidas à tona

978 e tendo que haver um contraponto, com uma pessoa como debatedora e conhecedora da realidade
979 do município, do estado, do Governo Federal e das dificuldades existentes, defendendo o nome da
980 doutora Márcia e do professor Mussalém para a VII Conferência. O Conselheiro Frederico
981 discorreu sobre a indicação do professor Mussalém, com sua fala ampliando um tema que se
982 distanciava do cotidiano, causando dificuldade do entendimento, devendo se priorizar o usuário que
983 de certa forma via o financiamento mais distante e que seria a pessoa que dialogaria. O Conselheiro
984 Ferrari indagou ao Conselheiro Frederico se o professor conseguiria fazer esse link com essas
985 especificidades todas, que respondeu afirmativamente. O Conselheiro Renato Saidel observou a
986 necessidade de se trazer novos pensamentos, criando novas diretrizes, com a senhora Presidente
987 ponderando ser essa a preocupação de ter pessoas vinculadas ao Sistema, sugerindo manter a
988 doutora Márcia e acrescentar o professor Mussalém, perguntando à Comissão Organizadora se
989 poderia se acatar essa proposta do Pleno de acrescentar na mesa de financiamento, com a
990 Conselheira Valéria indicando o nome do Sr. Jorge Abraão, do IPEA, e tendo ainda outro nome a
991 indicar. O Conselheiro Renato Saidel informou estar estudando sobre a Reforma Tributária por ser
992 matéria de análise na Comissão de Financiamento, sugerindo a manutenção do nome do professor
993 Mussalém. O Conselheiro Ferrari encontrou interessante a fala do Conselheiro Frederico indagando
994 quantas pessoas participariam da Mesa e sugerindo cinco participantes, com a senhora Presidente
995 propondo a manutenção da doutora Márcia, do professor Mussalém e os debatedores da exposição
996 dos três níveis de governo. A Conselheira Tânia referiu-se ao que seria colocado pelos participantes
997 da Mesa, observando que gostaria que a Comissão Organizadora avaliasse o currículo de cada um
998 dos três indicados, dentro do objetivo que se queria com a Conferência, encontrando que a doutora
999 Márcia estava mais próxima da realidade da gestão do SUAS. A senhora Presidente destacou o
1000 encaminhamento de análise pela Comissão organizado dos três currículos, com o Conselheiro
1001 Frederico observando que a senhora Presidente faria muito bem esse link, defendendo seu nome e o
1002 do professor Edval, com o apoio do Conselheiro Renato Saidel e do Conselheiro Ferrari. A
1003 Conselheira Margareth defendeu a continuação dos debatedores indicados anteriormente, junto com
1004 a senhora Presidente, observando que o Conselheiro Edval poderia contribuir em outros momentos
1005 da Conferência. Após mais algumas colocações, a senhora Presidente destacou seu nome na
1006 composição, com o Conselheiro Renato Saidel indicando o nome do Conselheiro Edval para falar
1007 como representante do CFESS. A senhora Presidente colocou em votação o relatório da Comissão
1008 Organizadora com todos os adendos, sendo aprovado pela Plenária. A Conselheira Edna destacou as
1009 alterações: “integrantes do GT Composição dos Conselhos”, por “do Conselho”. “Integrantes do GT
1010 Instituído pela Resolução CNAS”, colocando Resolução que havia instituído esse GT para não ficar
1011 “Grupo de Trabalho Composição dos Conselhos” e sim “deste Conselho”. Com relação ao item
1012 6.3., o Conselheiro Renato Saidel, observou ser uma denúncia ao Conselho via Comissão
1013 Organizadora, sugerindo que se remetesse ao GT Denúncias para avaliação ou que se tivesse um
1014 processamento disso, para esclarecer o fato. A senhora Presidente ressaltou que a Comissão
1015 Organizadora havia analisado ser uma situação comum no país, elogiando e recomendando ao
1016 interessado que fosse acionado o Ministério Público. A Conselheira Edna, após falar sobre a
1017 questão, sugeriu acionar o Ministério Público para averiguação e tirar a expressão “órgão que
1018 fiscaliza as ações do Conselho”, com a concordância do Conselheiro Renato Saidel. A Conselheira
1019 Tânia destacou que havia que se respeitar a hierarquia, encaminhando a denúncia do CNAS para o
1020 Conselho Estadual de Assistência Social, com a identificação dos problemas encontrados ao fim
1021 desse processo de Conferência para se ter soluções. Discorrendo sobre as diversas situações
1022 ocorridas, observou que as decisões tomadas tinham que ser iguais para todos, não devendo constar
1023 no relatório. O Conselheiro Ferrari concordou com as colocações da Conselheira Tânia, indicando
1024 ter um trabalho produzido por um grupo de pessoas da Comissão de Conselhos e de Normas

1025 relacionado a denúncias e que deveria ser resgatado. O Conselheiro Renato Saidel destacou a
1026 gravidade da situação, observando que o Conselho que não realizava Conferência não estava em
1027 pleno funcionamento, por ser sua competência, manifestando preocupação. A senhora Presidente
1028 destacou a proposta da Conselheira Tânia de se enviar para o Conselho Estadual, com todas essas
1029 denúncias e as considerações do CNAS e recebendo uma avaliação dos Conselhos, sistematizar a
1030 avaliação contida no relatório e posteriormente a Comissão de Conselhos daria um tratamento
1031 adequado a esses problemas, os quais provavelmente não apareceriam na Conferência Nacional. A
1032 Conselheira Tânia destacou que seu encaminhamento era que se retirasse o que estava escrito com
1033 relação à Conferência do CAS/DF, não devendo ter tratamento diferenciado dos demais. O
1034 Conselheiro Renato Saidel observou, salvo engano, ter uma Resolução no tocante às Conferências
1035 Municipais, estabelecendo que poderia ser feito qualquer tipo de alteração desde que se respeitasse
1036 esse prazo, indagando como se procederia. Após algumas considerações sobre o caso, ficou
1037 consensuado que o relatório que não estivesse na data marcada teria a situação estudada pela
1038 Comissão Organizadora. Prosseguindo, a Conselheira Marisa referiu-se ao Termo de Referência
1039 que havia lido: “o credenciamento será feito no local do evento, no dia 30/11, no horário de 1h às
1040 17h30”. O Conselheiro Renato Saidel destacou o item 6.10 “os boletins eletrônicos serão editados”,
1041 corrigindo para “toda última quinta-feira do mês”. A Conselheira Edna referiu-se ao item 6.5
1042 quando falava do TCU, com a senhora Presidente colocando que o Conselho Nacional estava
1043 recomendando à Comissão Organizadora que incluísse o TCU na Conferência Nacional. A
1044 Conselheira Edna observou a necessidade de material de higienização, inclusive álcool gel 70%. A
1045 senhora Presidente colocou o Relatório e seus anexos em votação, sendo aprovado pelos membros
1046 do Conselho Nacional de Assistência Social. O Conselheiro Edivaldo solicitou aos Conselheiros da
1047 Sociedade Civil que permanecerem após a reunião para resolver uma pendência, ao que a senhora
1048 Preside te destacou que a reunião reiniciaria às 14 h com o Relato do GT Composição; de 15h às
1049 17h, Relato da Comissão de Política; e de 17h30 às 18h, Relato da Presidência Ampliada, havendo
1050 diversas questões a serem discutidas e com o material a ser apresentado pelo Conselheiro Renato. A
1051 Conselheira Edna propôs **INVERSÃO DE PAUTA** para que o Relato da Presidência Ampliada
1052 fosse antes do GT Composição, o que foi acatado. **ENCERRAMENTO.** A senhora Presidente
1053 interrompeu a reunião para o almoço, solicitando que todos estivessem de volta às 14h. Dando
1054 prosseguimento à reunião, a Secretária-Executiva passou à conferência do quorum: Conselheiros
1055 Titulares ou na titularidade presentes: Conselheira Márcia, Conselheira Margareth, Conselheiro
1056 Frederico, Conselheira Edna, Conselheira Fátima, Conselheira Tânia, Conselheira Maria Dolores,
1057 Conselheiro Mauro, Conselheira Rosa, Conselheiro Carlos, Conselheiro Renato Saidel, Conselheiro
1058 José Crus. Conselheiros suplentes presentes: Conselheiro João Carlos, Conselheiro Edivaldo,
1059 Conselheiro Clodoaldo, Conselheira Marisa. **Relato da Presidência Ampliada.** A senhora
1060 Presidente procedeu à leitura: “*Conferência Estadual de Assistência Social, no tema Participação e*
1061 *Controle Social. Vou ler aqui: a União, Estados e Municípios, conforme artigo 11 da LOAS. As*
1062 *ações das três esferas de governo na área da Assistência Social realizam-se de forma articulada,*
1063 *cabendo à coordenação e às normas gerais da esfera geral, e a coordenação e execução dos*
1064 *programas em suas respectivas esferas aos estados, DF e Municípios, Pacto federativo para a*
1065 *efetiva implementação do SUAS. Relações intergovernamentais. Articulação e implementação dos*
1066 *pactos nas três esferas de governo. Relações intergovernamentais. Deverá haver unidade na*
1067 *concepção da política das três esferas, sem prejuízo das especificidades. Ainda nas relações*
1068 *intergovernamentais. É, depois a gente tira, para não termos três vezes! E também não precisa*
1069 *termos três vezes. Bom, extrapolam o âmbito da gestão pública, ainda dentro do ponto de relações*
1070 *intergovernamentais. Considerando que na Assistência Social a articulação e a parceria entre*
1071 *governos e sociedade civil é condição sine qua non para a efetividade da Política Pública. Uma*

1072 *gestão pública democrática deve ser cada vez mais permeável aos interesses coletivos. Desafios*
1073 *para a Assistência Social: Construir a efetiva articulação e unidade de concepção entre União,*
1074 *Estados e Municípios, e destes, com seus parceiros, no âmbito da Sociedade Civil. Municípios.*
1075 *Habilitação em conformidade de gestão da Assistência Social. Inicial, básica e plena, a*
1076 *habilitação. Estados... Mas vamos ler o conteúdo, depois vemos o Power Point. Cumprir o artigo*
1077 *13 da LOAS. Organizar, coordenar e monitorar o Sistema Estadual de Assistência Social; prestar*
1078 *apoio técnico aos Municípios; estruturar a Secretaria Executiva da CIB; estruturar a Secretaria*
1079 *Executiva do Conselho Estadual; co-financiar a proteção social básica aportando recursos para o*
1080 *sistema de monitoramento, informação, avaliação, capacitação, apoio técnico e outras pactuações*
1081 *realizadas; prestar apoio técnico para a implantação de CRAS; incentivar a habilitação ao sistema*
1082 *e a graduação dos níveis de gestão dos municípios; instalar e coordenar o sistema estadual de*
1083 *monitoramento e avaliação das ações da Assistência Social, de âmbito estadual e regional;*
1084 *coordenar, regular e co-financiar a estruturação de ações regionalizadas, pactuadas na proteção*
1085 *social especial, de média e alta complexidade; promover a implantação e co-financiar consórcios*
1086 *públicos e/ou ações regionalizadas de proteção social especial, de média e alta complexidade,*
1087 *pactuadas na CIBS e deliberadas nos CEAS, entre outras. Isto não é tudo! O pacto de*
1088 *aprimoramento da gestão estadual do SUAS: é um compromisso entre o Ministério do*
1089 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os órgãos gestores de Assistência Social dos estados e*
1090 *do DF, que tem como objetivo o fortalecimento destes órgãos para o pleno exercício da gestão do*
1091 *Sistema Único de Assistência Social – SUAS, do programa Bolsa Família, e do Cadastro Único, em*
1092 *seu âmbito de competência. Para adesão ao SUAS, os estados e o Distrito Federal deverão ter*
1093 *comprovado os seguintes requisitos de gestão, de acordo com a NOB – SUAS: criação e*
1094 *funcionamento do respectivo Conselho de Assistência Social. Criação e Funcionamento do*
1095 *Respectivo Fundo de Assistência Social; alocação de recursos financeiros próprios no respectivo*
1096 *Fundo de Assistência Social; criação e funcionamento da Comissão Intergestora Bipartite, exceto*
1097 *para o DF; demonstração da capacidade de gestão; apresentação do relatório anual no*
1098 *cumprimento do respectivo plano de assistência social; e celebração do pacto de aprimoramento*
1099 *de gestão. Cabe aos Conselhos Estaduais de Assistência Social e ao Conselho de Assistência Social*
1100 *do Distrito Federal acompanhar e fiscalizar a implementação do pacto de gestão. Controle Social*
1101 *no âmbito dos estados: é o exercício da democratização da gestão pública que permite à sociedade*
1102 *organizada intervir nas políticas públicas interagindo com o estado para a definição de*
1103 *prioridades, e na elaboração dos planos de ação dos municípios, estados, ou do Governo Federal.*
1104 *No âmbito estadual os Conselhos tem oportunidade de corresponder às especificidades regionais*
1105 *dos municípios, contribuindo para uma gestão que aproxime usuários de prestadores de serviço*
1106 *estatais e complementares. Participação. Art. 204 da Constituição Federal de 1988. As ações*
1107 *Governamentais na área da Assistência Social serão realizadas com recursos do orçamento, da*
1108 *seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas*
1109 *seguintes diretrizes: 2 – Participação da população por meio de organizações representativas na*
1110 *formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Art. 5º da LOAS. A*
1111 *organização da Assistência Social tem como base as seguintes diretrizes: 2 – Participação da*
1112 *população por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle das*
1113 *ações em todos os níveis. Aí, Governo, eu vou falar Governo e depois sociedade civil. Governo:*
1114 *vontade política do Governo; investimento mais recursos,. Para o Governo criar participação,*
1115 *investir em capacitação, produzir informações, torná-las estruturas de gestão cada vez mais*
1116 *permeáveis às reivindicações da sociedade. Para a sociedade civil, governo mais sociedade civil,*
1117 *capacidade participativa da população. Cabe ainda mobilização, organização, representação,*
1118 *defesa de interesses públicos e qualificação. Os conselhos são essencialmente espaços de*

1119 *interlocução política, negociação e deliberação. Lugar de disputa de projetos e recursos.*
1120 *Mecanismo de partilha de poder. Democratização da vida social. O papel dos Conselhos no*
1121 *exercício do controle social é zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços sócio-*
1122 *assistenciais para a universalização de atendimento a todos os destinatários da política de*
1123 *Assistência Social, e os gastos das verbas públicas destinadas aos municípios que venham da*
1124 *união, dos estados, e ainda dos próprios orçamentos municipais. Arquitetura do controle social:*
1125 *planos, conselhos, fundos e as Conferências. As competências dos Conselhos de Assistência Social*
1126 *perpassam por deliberar, regular, acompanhar, fiscalizar a execução da política pública da*
1127 *Assistência Social. Competências legais dos Conselhos de Assistência Social: deliberar e fiscalizar*
1128 *a execução da política da Assistência Social e de seu financiamento, em consonância com as*
1129 *diretrizes propostas pela Conferência. Em seu âmbito, apreciar e renovar os planos de assistência*
1130 *social em seu âmbito. Continuando: apreciar e aprovar a proposta orçamentária, a prestação de*
1131 *contas na execução dos recursos do fundo da assistência social em seu âmbito. Normatizar, avaliar*
1132 *e fiscalizar a prestação de serviços, observadas as normas gerais do Conselho Nacional de*
1133 *Assistência Social; exercer o papel de vigilância de direitos; convocar as conferências de*
1134 *Assistência Social; promover a discussão setorial das políticas sociais, entre outros. Os*
1135 *Conselheiros de Assistência Social: Os Conselheiros, como agentes públicos, Lei 8429/1992, art.*
1136 *2º. Reputa-se agente público para os efeitos desta lei todo aquele que exerce, ainda que*
1137 *transitoriamente, ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou*
1138 *qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função, nas entidades*
1139 *mencionadas no artigo anterior. A função do Conselheiro é de relevante interesse público e valor*
1140 *social no âmbito da Política Pública de Assistência Social. Desafios para o Controle Social no*
1141 *SUAS. Alguns desafios para o aprimoramento do controle social no âmbito dos estados: estruturar*
1142 *e aprimorar o apoio no suporte técnico dos municípios; estruturar e aprimorar os procedimentos e*
1143 *processos de monitoramento e avaliação; participar ativamente da instituição do comando único,*
1144 *fundo estadual, comunidade orçamentária e gestor, como ordenador de despesas; instituição do*
1145 *repasso de recursos do fundo a fundo e do co-financiamento estadual. Promover a organização dos*
1146 *usuários no âmbito dos estados fortalecer e tornar ativas as CIBs; fortalecer e democratizar os*
1147 *Conselhos Estaduais; participação do estado na construção da relação intergovernamental e*
1148 *federativa; instituição e coordenação dos serviços regionais; serviços da proteção social especial;*
1149 *e investir na capacitação”. Colocado em discussão, o Conselheiro Renato Saidel solicitou a*
1150 *substituição do termo sine qua non, por “fundamental”, chamando a atenção que o material havia*
1151 *sido bem formulado, trabalhando no sentido de se garantir um conhecimento dessas questões e*
1152 *aproveitando o momento para tratar algumas questões dentro desse tema. A Conselheira Margareth*
1153 *observou a ausência do logo do CNAS na apresentação e que deveria ser incluído, como também,*
1154 *na última lâmina, colocar um chamamento às pessoas para o processo comprometimento e para a*
1155 *Conferência Nacional, observando a repetição de telas e que deveriam ser retiradas, mas sem*
1156 *comprometer algumas questões cujo reforço era importante. O Conselheiro José Crus após discorrer*
1157 *sobre a implantação no SUAS no Brasil, ponderou ser importante ter subsídios para chamar a*
1158 *atenção dos Conselheiros e proporcionar uma nova visão com essa Conferência. O Conselheiro*
1159 *Ferrari observou ser um material didático mas pouco provocativo, devendo-se criar uma estratégia*
1160 *para capacitar e levar as pessoas a observarem a condição de seus estados e municípios. Indagou se*
1161 *esse material era um referencial ou se teria que ser trabalhado na sua integralidade, ao que a*
1162 *Conselheira Edna destacou a necessidade de se colocar um prazo para apresentação de sugestões e*
1163 *se finalizar esse material. O Conselheiro Edivaldo indicou a maneira como trabalhava com o*
1164 *material, observando a metodologia diferente utilizada e sugerindo a colocação de pequenos textos*
1165 *e perguntas. A Conselheira Tânia sugeriu aprofundar o material sobre desafios para o controle*

1166 social, com a Conselheira Dolores complementando com a questão do controle no orçamento. A
1167 senhora Presidente após as colocações, observou ser esse um material base para se trabalhar
1168 questões mais específicas, ressaltando que deveria ser tratado sobre o controle social, assim como as
1169 formas de orientações municipais e estaduais para a escolha dos delegados e a participação do
1170 usuário. Destacou que havia observado que nem todas as falas eram de abertura, tendo que haver
1171 um referencial bibliográfico, como também o cuidado de se adaptar o material para as
1172 especificidades de cada público. O Conselheiro Renato Saidel manifestou ter sentido falta dos
1173 instrumentos de controle do indivíduo enquanto participação e que se dava em diversos ambientes,
1174 devendo ser acrescentado. O Conselheiro José Crus observou que o CNAD havia dado algumas
1175 diretrizes para essas Conferências, devendo se proporcionar direção para a discussão dos grupos
1176 sobre os vários eixos estabelecidos. A senhora Presidente complementou que esses eixos eram para
1177 que se cumprissem os dez direitos sócio-assistenciais e que eram deliberações de Conferência,
1178 faltando esse link. A Conselheira Edna observou e sugeriu a questão da posição do telão quando da
1179 apresentação, com o Conselheiro Ferrari indagando se essa preocupação era considerada nas
1180 Conferências. A senhora Presidente observou que as alterações deveriam ser feitas rapidamente,
1181 visto a realização dos eventos, com a Conselheira Edna colocando-se à disposição e solicitando
1182 auxílio e o envio das sugestões por e-mail. A Conselheira Rosa Maria sugeriu que o logo fosse
1183 colocado com marca d'água, assim como o Conselheiro Falqueto sobre os documentos da
1184 Conferência, que complementou com algumas observações sobre o material em Power Point. O
1185 Conselheiro José Crus sugeriu que se apresentasse intercaladamente fotos das Conferências
1186 Municipais em que haviam participado. A senhora Presidente destacou os direitos sócio-
1187 assistenciais contados em literatura de cordel e que estava no *site*, proporcionando leveza na
1188 apresentação, com a fala dirigida ao usuário devendo ser simplificada. A Conselheira Thayz
1189 solicitou um aparte para tratar da questão de apagar parte do arquivo da gravação de uma reunião do
1190 CNAS, que feria o princípio da publicidade, do estado democrático de direito, que era algo grave
1191 para a democracia, e que se deveria rever. O Conselheiro Edivaldo colocou que, em regime de
1192 urgência urgentíssima, fosse solicitado à Comissão de Normas, a elaboração de um instrumento
1193 normativo que disciplinasse e orientasse ao Conselho para que isso não mais ocorresse. A senhora
1194 Presidente indagou sobre a proposta de encaminhamento do assunto para a Comissão de Normas,
1195 sendo acatada pela Plenária. Prosseguindo, a senhora Presidente passou para o próximo item, pela
1196 Conselheira Margareth: ***“Memória da Reunião da Presidência Ampliada. 16/09/2009. Horário:***
1197 ***18:30 às 20:30. Conselheiros e Conselheiras Márcia Pinheiro – Presidente; Margareth Alves -***
1198 ***Vice Presidente; Frederico Jorge de Sousa Leite – Coordenador da Comissão de Política; Edna***
1199 ***Aparecida – Coordenadora da Comissão de Normas; Carlos Eduardo Ferrari – Comissão de***
1200 ***Conselhos. Ausência Justificada: José Geraldo França Diniz – Coordenador da Comissão de***
1201 ***Financiamento. Apoio: Cláudia Sabóia – Secretária Executiva; Liliane das Neves – Coordenação***
1202 ***de Conselhos; Jamile Calado – Gabinete do CNAS; Simone Souza – Gabinete do CNAS.***
1203 ***Convidados – Rose Scapena – SAGI, e Jean Marcos. Minuta. Desculpem-me – Calendário de***
1204 ***Reuniões: 30/09/2009, reunião da Comissão de Tipificação, de nove às dezoito. 01/10/2009,***
1205 ***reunião da Comissão Organizadora, de nove às dezoito horas. Minuta de pauta da 172 reunião***
1206 ***ordinária de 20, 21 e 22 de outubro de 2009. 20/10, de dez às dezesseis, reunião da Comissão***
1207 ***Organizadora da VII Conferência Nacional de Assistência Social. Dia 21, de nove às doze, reunião***
1208 ***da Comissão de Financiamento – Apreciação da execução orçamentária do FNAS. Reunião da***
1209 ***Comissão de Conselhos, de quatorze às quatorze e quinze. Aprovação da ATA da 171 Reunião***
1210 ***Ordinária do CNAS, e da pauta. 14 e 15, às 15. Informes da presidência e da Secretaria Executiva,***
1211 ***MDS, CIT e de Conselheiros. 15 às 17 horas, relato da Comissão Organizadora da VII***
1212 ***Conferência Nacional de Assistência Social. De 17 às 18, Câmaras de Julgamentos de processos.***

1213 18 às 19, Reunião da Presidência Ampliada. 22/10/2009. 9 às 11: Plenária, julgamento de
1214 processos. 11 às 12:30, relato do GT Resolução 44/2009. De 14 às 17, relato da Comissão de
1215 Financiamento. De 17 às 18, relato da Presidência Ampliada. 2. Capacitação dos Conselheiros
1216 SAGI/MDS. A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, por intermédio do Sr. Jean Marc e
1217 Rosa Scatena, prepararam informações complementares à Presidência Ampliada, sobre a
1218 capacitação direcionada aos Conselheiros Nacionais, Estaduais e do DF, de Assistência Social e
1219 Secretários Executivos. O Curso será ofertado na primeira etapa, em 11 capitais, com duração de
1220 três dias, e uma etapa não presencial, com duração de 45 dias. Período de inscrição: o período de
1221 inscrição será do dia 16/10/2009, ocasião em que o CNAS precisará encaminhar os nomes dos
1222 Conselheiros que se dispuserem a participar. Para tanto, a presidência ampliada pede aos
1223 Conselheiros que se manifestem na lista anexa. Período do curso: de 28/10/2009 à 22/11/2009. O
1224 curso: a proposta das aulas presenciais é que elas ocorram em três módulos de conteúdo, um
1225 módulo por dia. Os conteúdos serão ministrados no período da manhã, e à tarde ocorrerão as
1226 oficinas de aprendizagem, ocasião em que serão realizados exercícios práticos e teóricos. O
1227 conteúdo do primeiro módulo contemplará a política de Assistência Social, discussão sobre a
1228 participação dos usuários no controle das políticas públicas, exercício do papel dos Conselheiros
1229 E Secretários Executivos e etc. No segundo módulo, abordará a rede sócio-assistencial, apontará
1230 os instrumentos de gestão da política, trará a reflexão sobre a gestão de informação,
1231 acessibilidade, e enfatizará os sistemas SICNAS e do CAD Único. O Conteúdo do terceiro módulo
1232 versará sobre o financiamento da Política de Assistência Social. O material orientador produzido
1233 pela SAGI é composto por um livro e por um CD. Ao final da primeira etapa, os participantes
1234 deverão apresentar um relatório de conclusão do curso (monografia) cujo prazo final para entrega
1235 será informado posteriormente. Local de origem dos 36 Conselheiros do CNAS, e período das
1236 realizações das aulas. Local de origem dos Conselheiros. Distrito Federal. 15 Conselheiros. Data
1237 da realização do curso presencial: de 28 a 30/10. Local do Curso presencial: Brasília.
1238 Pernambuco. Conselheiros – 1. Data de realização: 04 a 6/11/2009. São Paulo, 9 Conselheiros,
1239 data de realização do curso, de 09 a 11/09. Local do curso presencial: São Paulo. Minas Gerais –
1240 3 Conselheiros, data de realização do curso presencial: 16 a 18/11. Local do curso presencial:
1241 Belo Horizonte. Rio de Janeiro – 3 Conselheiros. Data de realização: de 11 a 13/11. Local: Rio de
1242 Janeiro. Rio Grande do Sul – 1 Conselheiro. Data: 04 a 06/11/2009. Local do curso presencial:
1243 Florianópolis. Pará – 1 Conselheiro. Data: 28 a 30/10. Local: Belém. Mato Grosso do Sul. Nº de
1244 Conselheiros: 3. Data: 09 a 11/11. Local: São Paulo. Encaminhamento: a Presidência Ampliada
1245 consulta aos Conselheiros sobre o interesse em participar da capacitação, e possibilidade de
1246 agenda disponível para participar dos três dias consecutivos de aula presencial. Após manifestação
1247 dos mesmos o CNAS encaminhará lista à empresa SOLAR. 3. Participação dos Conselheiros nas
1248 Conferências Estaduais. A Presidência Ampliada apresenta aos demais Conselheiros as
1249 Conferências Estaduais de Assistência Social para indicações. 4 – Convite para participar da mesa
1250 de abertura do congresso regional dos sociólogos, encontro regional dos cursos de ciências
1251 sociais, a realizar-se no dia 23 de setembro de 2009, em Belo Horizonte, Minas Gerais. A
1252 Presidência Ampliada sugere consultar o Conselheiro Geraldo sobre a possibilidade de
1253 representar o CNAS no evento. Na impossibilidade deste, deverá ser indicado outro Conselheiro
1254 representante dos trabalhadores. 5. Convite para o seminário brasileiro em comemoração ao
1255 bicentenário de nascimento de um ex-braille. Dias 24 e 25 de setembro na Câmara dos Deputados.
1256 A Organização Nacional dos Cegos do Brasil informou por meio do ofício 154 /2009 sobre a
1257 realização do seminário brasileiro em comemoração ao bicentenário de nascimento de Luiz Braille,
1258 cujo tema central será o sistema braille, marco inicial da sensibilidade e inclusão, nos dias 24 e 25
1259 de setembro. A LCB convida o CNAS para participar da solenidade de abertura do seminário, a

1260 *realizar-se às nove horas do dia 24 de setembro de 2009, no auditório Nereu Ramos, anexo II,*
1261 *Câmara Dos Deputados. Representarão o Conselho nesta solenidade os Conselheiros Edivaldo da*
1262 *Silva Ramos e Carlos Eduardo Ferrari. 6. Informes. E-mail dos ex-Conselheiros Nivaldo Luiz*
1263 *Pessinatti e Valdete de Barros Martins, em agradecimento à menção honrosa publicada pela*
1264 *Resolução CNAS nº 71/2009. Prezada Presidente. Ao cumprimentá-la manifesto meu*
1265 *agradecimento ao Pleno do CNAS pela aprovação da menção honrosa à mim dirigida. Ressalto e*
1266 *afirmo que a luta pela Política Pública de Assistência Social exige sempre coragem e firmeza de*
1267 *todos nós. Desejo que o CNAS continue como grande protagonista neste processo. Atenciosamente,*
1268 *Valdete de Barros Martins. Estimada Márcia Maria, e Conselheiros do CNAS. Agradeço a*
1269 *delicadeza da correspondência que comunicava a menção honrosa prestada à ex-presidente do*
1270 *CNAS, e a mim, ex-vice-presidente. Enquanto agradeço, auguro muito orgulho na concretização*
1271 *das políticas. Muito sucesso na concretização das políticas públicas da Assistência Social. Um*
1272 *grande abraço fraterno a todos. Contem com minha estima e amizade. Padre Nivaldo Luiz*
1273 *Pessinatti. Márcia Maria Biondi Pinheiro, presidente do CNAS.”* A senhora Presidente indagou
1274 sobre a minuta de pauta, se havia alguma observação para a próxima reunião, com o Conselheiro
1275 Renato Saidel indicando faltar o Relato da Comissão de Conselhos. Referiu-se à ocorrência de
1276 choque de horário dessa Comissão com a Comissão de Financiamento, nas quais participava,
1277 sugerindo serem em horários diferenciados. A Secretária-Executiva esclareceu que a Comissão de
1278 Conselhos não precisaria entrar nessa reunião, com o relatório podendo ser desenvolvido para outra
1279 oportunidade. A Conselheira Edna explicou que o Relato do GT Composição que estava previsto,
1280 não estava completamente adequado para ser apresentado, solicitando autorização para ser
1281 apresentado na próxima reunião. A Secretária-Executiva lembrou que o financiamento precisava ser
1282 relatado na Plenária de outubro, considerando a execução do trimestre. O Conselheiro Renato
1283 Saidel observou que a pauta da questão da Comissão de Financiamento era só apreciação da
1284 execução orçamentária e que poderia ser resolvido em uma hora, sugerindo ser após a Comissão de
1285 Conselhos até às 13h. A senhora Presidente destacou a agenda esgotada em setembro e outubro,
1286 tendo que se encontrar algum espaço dentre as atividades marcadas. A senhora Presidente indagou
1287 se havia mais alguma observação, além da inclusão solicitada pela Conselheira Edna de inclusão do
1288 Relato do GT Composição, ficando aprovada a minuta de pauta da próxima reunião. Com relação à
1289 capacitação de Conselheiros, a Secretária-Executiva explicou que o quadro com a relação da
1290 quantidade de Conselheiros por Unidade da Federação havia sido feito baseado nos respectivos
1291 endereços. O Conselheiro Renato Saidel indicou a agenda no período de 09 a 11 de novembro e que
1292 coincidia com a data da Plenária, observando a dificuldade de participação em todos os eventos. A
1293 senhora Presidente esclareceu que se poderia fazer arranjos com pequenos grupos de Conselheiros
1294 para comparecer a eventos em outros locais, observando serem 12 de São Paulo. O Conselheiro
1295 Renato Saidel destacou o número de Conselheiros e que a agenda definida para os Conselheiros
1296 Nacionais que estariam atuando em São Paulo, batia com a agenda na Plenária, prejudicando sua
1297 participação. A Secretária-Executiva demonstrou, no quadro feito, os locais e datas dos cursos
1298 presenciais, sendo o ideal que cada um participasse na sua região, mas que em caso de coincidência
1299 com a Plenária, o Conselheiro diria onde pretendia fazer o curso e que o caso seria levado à SAGI,
1300 para que, junto com a empresa organizasse a questão. Informou que nesse instante passariam duas
1301 listas para se ter o levantamento do quantitativo de pessoas com disponibilidade de agenda,
1302 interesse e local e que seria levado à SAGI. A senhora Presidente indagou se havia mais algum
1303 esclarecimento, com a Conselheira Tânia perguntando como era a monografia, ao que o
1304 Conselheiro José Crus esclareceu ser um trabalho de conclusão de curso, com a contratação de
1305 consultores que já estavam acompanhando todo o processo de elaboração dos conteúdos. A senhora
1306 Presidente informou que aconteceria um alinhamento de conceitos e de conteúdos, com as questões

1307 sendo discutidas com a SAGI e o MDS para ter o mesmo nivelamento, com a Secretária-Executiva
1308 esclarecendo que os contatos do CNAS era com a SAGI, que por sua vez encaminhava as questões
1309 junto à empresa. A Conselheira Thays, sobre a análise da gravação pela Comissão de Normas,
1310 propôs que fosse uma reunião extraordinária antes da próxima Plenária, específica para esse
1311 assunto, dada sua relevância e também por se tratar de uma inconstitucionalidade, com a presença
1312 da Comissão de Ética. A Conselheira Margareth esclareceu ter conduzido a reunião da Sociedade
1313 Civil e, a pedido do Conselheiro Clodoaldo, havia feito um informe, sendo tudo acordado nessa
1314 reunião e sugerindo fosse acatado o que havia sido decidido coletivamente pelo segmento. A
1315 Conselheira Thayz manifestou sua discordância, deixando registrada essa posição e que depois se
1316 analisasse qual a melhor forma de resolver a questão. A Conselheira Edna observou que como o
1317 encaminhamento era para a Comissão de Normas, propunha organizar uma data para uma reunião
1318 extraordinária para tratar do assunto. Para fechar o assunto, a Conselheira Thayz manifestou que
1319 aguardaria para que a reunião acontecesse antes da próxima Plenária, solicitando registro desse
1320 posicionamento. Prosseguindo, o Conselheiro José Crus, para registro, informou haver trinta e seis
1321 vagas para os Conselheiros Estaduais e, havendo desistência, se indicaria Coordenadoras das
1322 Comissões de Normas, Financiamento, de Política e de Conselhos, do Conselho Nacional, para
1323 fazer o curso, inclusive a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional. Após essa colocação a
1324 sugestão foi aprovada pelo Pleno. A senhora Presidente passou à agenda das Conferências
1325 Estaduais, informando o local, data e os Conselheiros e funcionários que estariam presentes,
1326 representando o CNAS, com algumas alterações propostas pela Plenária nessa oportunidade, além
1327 de algumas considerações pelos Conselheiros. A senhora Presidente não havendo mais nenhum
1328 questionamento, considerou aprovado o relatório da Presidência Ampliada, com seus anexos.
1329 **Relato da Comissão de Política,** com o Conselheiro Frederico procedendo à sua leitura:
1330 *“Comissão de Política da Assistência Social. Data: 14 de setembro de 2009. Local: CNAS.*
1331 *Horário: 14h às 17h. Participantes: Edivaldo da Silva Ramos, Frederico Jorge de Souza Leite,*
1332 *José Ferreira da Crus, João Carlos Carreira Alves, Margareth Alves Dallaruvera, Samuel*
1333 *Rodrigues, Simone Aparecida de Albuquerque. Ausências justificadas: Heloísa Helena Mesquita*
1334 *Maciel, Renata Rodrigues Flores Alves, Sérgio Wanderly Silva. Apoio: Carolina Maria ribeiro da*
1335 *Silva e Maria Auxiliadora Pereira. Primeiro assunto: tipificação dos serviços sócio-assistenciais.*
1336 *Foi feito informe sobre a discussão e pactuação da tipificação dos serviços sócio-assistenciais na*
1337 *CIT. Quanto à discussão da proteção básica, o serviço que mais provocou debate foi o serviço de*
1338 *suporte domiciliar, destinado a pessoas idosas com deficiência, em especial, que necessitam de*
1339 *cuidados devido à dependência, limitação permanente ou temporária, visando aquisição de*
1340 *segurança de acolhida, de convívio familiar e comunitário e desenvolvimento da autonomia do*
1341 *usuário. Ainda foi informado na comissão que não foram discutidos e pactuado os serviços de*
1342 *Suporte Domiciliar e de Habilitação e reabilitação, tendo em vista a decisão da CIT da instituição*
1343 *de uma Câmara Técnica para aprofundar o debate desses serviços. Encaminhamentos: A*
1344 *Comissão de Política indica o Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos para representar o CNAS*
1345 *nesta Câmara Técnica. O CNAS encaminhará memorando à coordenadora da CIT para*
1346 *formalização da indicação e solicitará o calendário de reuniões. Em seguida a Comissão de*
1347 *Política deu início à discussão das propostas de revisão de redação, tendo como referência o*
1348 *documento base da tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais (junho de 2009),*
1349 *encaminhado pela SNAS ao CNAS ressaltando que esse documento, enviado aos Conselheiros do*
1350 *CNAS em agosto, não incluía as contribuições recebidas pela consulta pública. O quadro, Redação*
1351 *Original e a proposta da Comissão de Política. 1. Matriz padronizada para fichas de serviços*
1352 *sócio-assistenciais. Nome do serviço: Termos utilizados para denominar o serviço de modo a*
1353 *evidenciar sua principal função e seus usuários. Sugestão de proposta da Comissão de Política.*

1354 *Sugest~so de consulta à equipe que construiu a matriz padronizada das fichas dos serviços para*
1355 *esclarecimento se a principal função e seus usuários quer dizer a principal função em relação ao*
1356 *público alvo do serviço. 3. Serviço da proteção social básica. Nome do serviço: serviço de proteção*
1357 *e atenção integral à família, PAIF. Terceiro parágrafo. O atendimento às famílias residentes em*
1358 *território de baixa densidade demográfica com espalhamento ou dispersão populacional, área*
1359 *rurais, comunidades indígenas, quilombolas, assentamento, dentre outros, pode realizar-se por*
1360 *meio de estabelecimento de equipes volantes ou mediante a implantação de CRAS itinerantes. A*
1361 *proposta da Comissão é a inclusão dentre as populações colocar a população cigana já que traz*
1362 *nessa discussão uma média 600 mil ciganos a nível de Brasi. Recursos materiais. Materiais*
1363 *permanentes e materiais de consumo necessários ao desenvolvimento do sérvio, tais como:*
1364 *mobiliário, computadores, entre outros; materiais sócio-educativos: artigos pedagógicos, culturais*
1365 *e esportivos, banco de dados de usuários ou usuários e benefícios e serviços sócio-assistenciais. A*
1366 *proposta é incluir “adaptados para pessoas com deficiência quando necessário”. Redação*
1367 *original: Banco de dados das organizações e dos serviços sócio-assistenciais; cadastro único para*
1368 *programas sociais, cadastro de beneficiários do BCP. Então, usuários de benefício e serviços*
1369 *sócio-assistenciais; cadastro único para programas sócio-assistenciais, cadastro único para*
1370 *programas sociais, cadastro de beneficiários do BPC e assegurar transporte para equipe técnica*
1371 *pra visitas necessárias. Nome do serviço: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.*
1372 *Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições*
1373 *progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida a fim de complementar o*
1374 *trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de*
1375 *intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na*
1376 *construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no*
1377 *território. A proposta é incluir “Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de*
1378 *modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários com e sem deficiências, de acordo com*
1379 *o seu ciclo de vida a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência*
1380 *de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações*
1381 *desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e*
1382 *vivências individuais e coletivas, na família e no território. A proposta é de incluir “usuários com e*
1383 *sem deficiência” na descrição geral, não necessitando repetir essa expressão nas descrições*
1384 *específicas por ciclo geracional. Descrição específica do serviço para crianças de até seis anos.*
1385 *Um parágrafo onde tem: Com as famílias o serviço busca estabelecer discussões reflexivas,*
1386 *atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos e orientação sobre o cuidado com a criança*
1387 *pequena. Com famílias de crianças com deficiência inclui ações que envolvem grupos e*
1388 *organizações comunitárias para troca de informações acerca de direitos da pessoa com*
1389 *deficiência, potenciais das crianças, importância e possibilidades de ações inclusivas. Então a*
1390 *proposta é: Com as famílias em geral e indivíduos o serviço busca estabelecer discussões*
1391 *reflexivas, atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos e orientação sobre o cuidado com*
1392 *a criança pequena, a importância da estimulação e informações sobre o desenvolvimento infantil.*
1393 *Orientação quanto à prevenção da deficiência e integração com as famílias de crianças por meio*
1394 *de ações que envolvem grupos e organizações comunitárias para troca de informações acerca de*
1395 *direitos da pessoa com deficiência, potenciais das crianças, importância e possibilidades de ações*
1396 *inclusivas. Uma das propostas da Comissão é onde tiver o termo “famílias no serviço de proteção*
1397 *social básica” adaptar o texto para “famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco*
1398 *pessoal e social”. Descrição específico do serviço para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.*
1399 *Deve desenvolver atividades, em horário alternado ao da escola, tendo por foco a constituição de*
1400 *espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do*

1401 *protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes a partir dos interesses, demandas e*
1402 *potencialidades desta faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas,*
1403 *culturais e esportivas como forma de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção*
1404 *social. Inclui crianças e adolescente com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos*
1405 *a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de*
1406 *violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de*
1407 *sociabilidades e na prevenção de situações de risco social. Deve desenvolver atividades, em*
1408 *horário alternado ao da escola, tendo por foco a constituição de espaço de convivência, formação*
1409 *para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e*
1410 *adolescentes a partir dos interesses, demandas e potencialidades desta faixa etária. As intervenções*
1411 *devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como forma de expressão,*
1412 *interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescente com*
1413 *deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades*
1414 *contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como*
1415 *propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de*
1416 *situações de risco social, visando propiciar o desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de*
1417 *situações de risco social. Usuários, crianças de até 6 anos, em especial. Na redação original:*
1418 *Crianças com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC. A proposta: Crianças com*
1419 *deficiência, em especial as beneficiárias do BPC. Sugestão de observar a substituição de redação*
1420 *em todo o documento e “com prioridade” por “em especial”. Adolescentes e jovens de 15 a 17*
1421 *anos, em especial. Jovens com deficiência, em especial os beneficiários do BPC. A proposta:*
1422 *Jovens com deficiência oriundos dos programas acima, em especial os beneficiários do BPC.*
1423 *Provisões na parte de recursos materiais. Materiais permanentes e materiais de consumo*
1424 *necessários aos desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, entre outros;*
1425 *materiais sócio-educativos, artigos pedagógicos, culturais e esportivos; banco de dados de*
1426 *usuários de benefícios e serviço sócio-assistenciais, banco de dados das organizações e dos*
1427 *serviços sócio-assistenciais, cadastro único para programas. A proposta: Materiais permanentes e*
1428 *materiais de consumo necessários aos desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário,*
1429 *computadores, entre outros; materiais sócio-educativos, artigos pedagógicos, culturais e*
1430 *esportivos, incluindo os adaptados para pessoas com deficiência, tecnologias de apoio banco de*
1431 *dados de usuários de benefícios e serviço sócio-assistenciais, banco de dados das organizações e*
1432 *dos serviços sócio-assistenciais, cadastro único para programas. Nome do serviço: Serviço de*
1433 *Suporte Domiciliar. Descrição. A redação original. Oferta de atenção por meio de cuidadores*
1434 *formais, de modo sistemático e planejado, no domicílio do usuário, a fim de apoiar as famílias nos*
1435 *cuidados cotidianos com o usuário, estimular o convívio familiar e comunitário e ampliar as*
1436 *possibilidades de acesso a serviços e direitos, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos*
1437 *usuários, no seu próprio local de moradia. Oferta de atenção por meio de cuidadores formais, de*
1438 *modo sistemático e planejado, no domicílio do usuário, a fim de apoiar as famílias nos cuidados*
1439 *cotidianos com o usuário, estimular o convívio familiar e comunitário e ampliar as possibilidades*
1440 *de acesso a serviços e direitos, orientar a busca de adaptações na residência promovendo a*
1441 *melhoria da qualidade de vida dos usuários, no seu próprio local de moradia. O suporte domiciliar*
1442 *é realizado por cuidadores previamente qualificados, de preferência residentes no mesmo território*
1443 *em que reside o usuário do serviço. A proximidade dos cuidados com os usuários facilita a*
1444 *participação no serviço de suporte domiciliar, a criação de vínculos, a ampliação do convívio*
1445 *comunitário, uma vez que os cuidadores são da própria comunidade, por fim, auxiliam no processo*
1446 *de desenvolvimento local ao gerar ocupação e renda, e sensibilizar a comunidade sobre a*
1447 *importância da efetiva inserção dos usuários na vida comunitária. Proposta retirada de parte do*

1448 *texto. O suporte domiciliar é realizado por cuidadores previamente qualificados, de preferência*
1449 *residentes no mesmo território em que reside o usuário do serviço. A proximidade dos cuidados*
1450 *com os usuários facilita a participação no serviço de suporte domiciliar, a criação de vínculos, a*
1451 *ampliação do convívio comunitário. Tirar essa questão “uma vez que os cuidadores são da própria*
1452 *comunidade” e fica, “por fim, auxiliam no processo de desenvolvimento local ao gerar ocupação e*
1453 *renda, e sensibilizar a comunidade sobre a importância da efetiva inserção dos usuários na vida*
1454 *comunitária”. 4. Serviços da proteção social especial, meda complexidade. Nome do serviço:*
1455 *Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias. Materiais permanentes e de consumo*
1456 *para desenvolvimento de serviços, tais como: mobiliário, computadores, linha telefônica, entre*
1457 *outros; materiais sócio-educativos, artigos pedagógicos, culturais e esportivos, banco de dados das*
1458 *organizações dos serviços sócio-assistenciais. A proposta: Materiais permanentes e de consumo*
1459 *adaptados para pessoas com deficiência, quando necessário, para desenvolvimento de serviços,*
1460 *tais como: mobiliário, computadores, linha telefônica, entre outros; materiais sócio-educativos,*
1461 *artigos pedagógicos, culturais e esportivos, banco de dados das organizações dos serviços sócio-*
1462 *assistenciais. A proposta de inclusão da Comissão de Política é incluir “Assegurar transporte para*
1463 *equipe técnica para visitas necessárias”. Foi informado que a CIT iniciou discussão so Serviço de*
1464 *Proteção Social Especial, pactuando os seguintes pontos, que tiveram a concordância da Comissão*
1465 *de Política. O Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias passa a ter a seguinte*
1466 *denominação: “Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos. Serviço*
1467 *Especializado de Abordagem Social em Espaços Públicos passa a ter a seguinte denominação:*
1468 *Serviço Especializado de Abordagem Social. A razão principal dessa mudança é porque ficou*
1469 *parecendo que esse serviço é só para a população em situação de rua e não é – ele é bem mais*
1470 *amplo, para toas as pessoas que vivem, trabalham ou são exploradas na rua. Serviço especializado*
1471 *de Atenção às Pessoas de Rua passa a ter a seguinte denominação: Serviço Especializado às*
1472 *Pessoas em Situação de Rua, com a proposta de remanejamento desse serviço da Proteção Social*
1473 *Especial de Média Complexidade para a de Alta Complexidade, ofertado em Centro de Referência*
1474 *Especializado para População em Situação de Rua ou unidade específica de atendimento. A grande*
1475 *discussão na CIT foi onde esse serviço se referenciaria e o horário de funcionamento. A proposta*
1476 *original era de que o serviço para a população em situação de rua referenciasse no CREAS. Só*
1477 *que, quando foi especificar o tipo de equipamento, cxompreendeu-se que tinha outra característica*
1478 *diferenciada do CRAS, (como ter no CREAS guarda pertencer, lavagem de roupa, no mesmo lugar*
1479 *em que se atende situações de risco social e pessoal?). Foi discutido que o Centro Especializado*
1480 *para a população em situação de rua deve ser um centro específico, são características diferentes.*
1481 *Algumas cidades necessitarão de local para guardar carroça, cachorro, cavalo, etc, além de*
1482 *possibilitar pernoite desta população, quando necessário. A pactuação é de que esses centros*
1483 *devem funcionar, no mínimo, oito horas por dia, cinco dias por semana, ou ininterrupto 24 horas,*
1484 *de acordo com a incidência da demanda no município. Outra questão bastante discutida é se esse*
1485 *serviço é de âmbito municipal ou regional. Foi pactuado pela CIT que, de fato, é um equipamento*
1486 *de referência municipal, independentes se é na região metropolitana. Ele não se caracteriza como*
1487 *um equipamento regionalizado, funciona no município e é de base municipal. Encaminhamentos:*
1488 *encaminhar à CIT as contribuições de redação ao documento de Tipificação discutidas na*
1489 *Comissão e de Política e aprovadas pelo CNAS até o momento. Solicitar à CIT o encaminhamento*
1490 *ao CNAS do Documento de tipificação atualizado, ou seja, com a inclusão das pactuações*
1491 *aprovadas a cada reunião da CIT. Visando ter uma discussão mais propositiva antes da pactuação*
1492 *da CIT, a Comissão de Política propõe a realização de uma reunião extraordinária no dia 30 de*
1493 *setembro, de 9h às 18h, quando discutirá o Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade –*
1494 *Serviço de Acolhimento, com vistas a encaminha sugestões de redação para que a CIT considere*

1495 *durante sua próxima reunião, dia 7 de outubro. Considerando que não haverá Reunião do CNAS*
1496 *no período entre 30 de setembro e 7 de outubro, a Comissão solicita a aprovação da Plenária para*
1497 *o encaminhamento das propostas à CIT e posterior apresentação das mesmas ao CNAS”. Colocado*
1498 *em discussão, a Conselheira Tânia parabenizou a Comissão por ter podido concluir o documento*
1499 *sobre tipificação, o que não havia sido possível na CIT por diversos fatores, passando a discorrer*
1500 *sobre o assunto. Solicitou que os Conselheiros que iriam deliberar sobre essa situação refletissem,*
1501 *pois como era assunto de proteção básica, era algo que cairia diretamente nos municípios. Que tinha*
1502 *certeza que as considerações extremamente pertinentes feitas pela Comissão de Política seriam*
1503 *acatadas na discussão e viriam quando o documento final viesse para a deliberação pelo Conselho*
1504 *Nacional. O Conselheiro Clodoaldo referiu-se às palavras da Conselheira Tânia, manifestando sua*
1505 *preocupação e destacando que o documento tinha que ser aprovado, dada sua importância. Sugeriu*
1506 *alteração no item “recursos materiais”, onde não deveria ser “adaptados para”, mas “acessíveis para*
1507 *pessoas com deficiência”, relatando sua experiência em situações de denúncias de pessoas com*
1508 *deficiência abandonadas e agredidas na rua, situações que não deveriam ser desprezadas. A*
1509 *Conselheira Maria Dolores indagou se havia uma data definida para soltar esse documento e se*
1510 *poderiam trazer contribuições até a próxima reunião, explanando sobre as conquistas das pessoas*
1511 *com deficiência e o avanço da Política de Assistência Social nesse campo. Solicitou destaque no*
1512 *termo “acessibilidade” que deveria ser abordada em todo o documento, bem como sobre o recurso,*
1513 *devendo existir parcerias, pois Política Pública não significava o Estado sozinho. Aparteando, a*
1514 *Conselheira Valéria observou que o conjunto das discussões da tipificação não estava completo,*
1515 *relatando os serviços correspondentes. A Conselheira Marisa destacou as dificuldades nos cuidados*
1516 *com certas deficiências e que as famílias acolhedoras não teriam condições de proporcionar, assim*
1517 *como o cuidado de crianças e adolescentes, que deveriam estar incluídos, tendo que se abrir mais a*
1518 *questão relativas aos programas de origem, colocando, também, o programa BPC que não era*
1519 *recebido em muitas situações. O Conselheiro Edivaldo observou que o assunto ficaria*
1520 *comprometido se fosse debatido nessa oportunidade, sendo aguardado o resultado da Câmara*
1521 *Técnica da CIT, após o que a Comissão de Política se posicionaria, para não tomar rumos*
1522 *diferentes. Observou que na Comissão de Política havia sido indicado para representar o Conselho e*
1523 *gostaria de pedir a colaboração de todos, enviando sugestões. Destacou a situação encontrada nos*
1524 *municípios com dificuldades causadas pela aplicabilidade da lei fiscal, o que reforçava a*
1525 *necessidade de se trabalhar para que o PL SUAS fosse aprovado, para poder permitir que o gestor*
1526 *conseguisse implantar os programas e serviços. O Conselheiro Renato Saidel, dizendo-se*
1527 *contemplado com a fala dos Conselheiros Tânia e Edivaldo, sugeriu correção de texto, na página*
1528 *três do relatório, tirando o termo “em geral”. A Conselheira Thayz ponderou que o Conselho tinha*
1529 *que se posicionar com firmeza no sentido de conduzir e transformar a Política de Assistência Social*
1530 *no país, encontrando que não se deveria fazer apenas uma recomendação e normatizar aquelas*
1531 *questões que se consideravam relevantes. A Conselheira Tânia destacou as colocações feitas,*
1532 *ressaltando ter que aprovar urgente o PL SUAS que trazia como lei o Sistema Único de Assistência*
1533 *Social e todas essas questões. Ressaltou ser difícil para o Conselho deliberar sobre um documento*
1534 *fragmentado, pensando que a CIT encaminharia o documento completo para o Conselho Nacional,*
1535 *com o CNAS tendo que deliberar sobre o mesmo em sua totalidade. Ponderou que o documento da*
1536 *tipificação era um dos mais importantes para viabilizar o Sistema Único de Assistência Social.*
1537 *Referiu-se aos CRAS e CREAS, casas de serviços de Proteção Básica e de Proteção Especial, que*
1538 *eram de vital importância, destacando que se fosse aprovado alguma ação onde a fonte de*
1539 *financiamento não estava clara, incorreriam em problemas. A senhora Presidente esclareceu que o*
1540 *documento era trazido para conhecimento à medida que a Comissão de Política ia discutindo, mas*
1541 *não sendo deliberado, o que seria feito com um documento inteiro. A Conselheira Valéria observou*

1542 que essa discussão vinha sendo acompanhada, acreditando que a íntegra do documento da
1543 tipificação estava disponível e havia sido distribuída para todos os Conselheiros. Colocou os
1544 Centros de Referência, destacando sua importância e a necessidade de serem preservados,
1545 reafirmando a emergência na perspectiva da aprovação do PL 3077, com a obrigatoriedade dos
1546 recursos orçamentários. O Conselheiro José Crus destacou que muitas questões que estavam no
1547 documento sobre a tipificação eram fruto do que havia sido discutido na CIT, aprofundando e
1548 discutindo serviço por serviço para se ter a visão do todo, discorrendo sobre a aplicação do
1549 orçamento e tendo-se que pensar em estratégias para o reordenamento da Assistência Social e os
1550 direitos do cidadão. O Conselheiro Ferrari manifestou-se contemplado em boa parte das falas, mas
1551 encontrando importante manifestar, para constar em ata, que o momento em que se tratava da
1552 tipificação dos serviços era um momento histórico, discorrendo sobre a construção dos serviços e as
1553 demandas prioritárias. Observou, quanto ao documento, quando se escrevia “prioridade ao público
1554 do BPC” era um grande equívoco, pois também era público da Assistência, pois a pessoa com
1555 deficiência já se encontrava em vulnerabilidade em relação à sociedade. Ressaltou que o grande
1556 desafio era desenhar um link para que esse segmento pudesse acessar os serviços da rede não-
1557 governamental, da rede privada. Destacou que as manifestações estavam sendo feitas no momento
1558 certo, e que trazendo o documento acabado seria pior, tendo que se apropriar e discutir o assunto
1559 paulatinamente. A senhora Presidente observou ainda ter a mudança de Regimento Interno para
1560 aprovar e que precisava de quorum privilegiado. A Conselheira Maria Dolores observou que a
1561 alteração que desejava era que no momento em que se falava nas questões de suporte domiciliar não
1562 fosse dado tanto foco a dependente ou independente, mas à necessidade apontada pelo cidadão para
1563 o exercício de sua autonomia, destacando a expressão “destinado a pessoas idosas e com
1564 deficiência”, sendo independente da faixa etária, necessitando de cuidados por exigirem apoio
1565 continuado, intensivo, permanente ou temporário, visando a aquisição de segurança de acolhida.
1566 Prosseguindo, referiu-se à porta de entrada do usuário na proteção e quem faria a triagem da sua
1567 necessidade, sentindo essa falta na tipificação e que deveria ficar claro. A Conselheira Thayz
1568 indagou se essa parte do documento era a única a estar disponível e se já havia acesso ao restante,
1569 referindo-se, também, à mulher vítima de violência doméstica, com a senhora Presidente
1570 comunicando que toda essa documentação lhe seria encaminhada. O Conselheiro Clodoaldo
1571 destacou que havia que construir esse novo momento e que nessa mesma direção de se consolidar o
1572 Sistema Único da Assistência Social, seria realizado em São Paulo, no dia 5 de outubro, um debate
1573 de fortalecimento e apoio para o SUAS, a OAB e a Rede Brasileira do Terceiro Setor. A senhora
1574 Presidente indagou se esse debate seria só a REBRATS e a OAB, com o Conselheiro Clodoaldo
1575 esclarecendo que seriam os dois, tendo a confirmação de participação do Sr. Raimundo Matos,
1576 querendo-se alguém do MDS. A senhora Presidente passou à votação da **resolução que alterava o**
1577 **Regimento**, solicitando à Conselheira Edna sua leitura: *“Resolve: Art. 1º - Alterar o art. 31 do*
1578 *Regimento Interno do Conselho Nacional, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 31 –*
1579 *Os pedidos de registro, concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de*
1580 *Assistência Social, os pedidos em grau de reconsideração, bem como as representações serão*
1581 *requeridos, protocolizados e cadastrados na forma disciplinada no Manual de Procedimentos,*
1582 *aprova por Resolução do CNAS”. Aqui no caput só foi tirado, foi excluído “manifestação de*
1583 *importação”, é a única alteração. O parágrafo 1º não mudou, o parágrafo 2º não mudou. Não há*
1584 *necessidade, gente. A alteração é no parágrafo 4º. “Verificada a ausência de documento*
1585 *obrigatório ou de apresentação em desacordo com as exigências normativas para pedidos de*
1586 *registro e de concessão do Certificado, a entidade será notificada sobre os motivos que impediram*
1587 *a autuação e os documentos apresentados serão devolvidos”. “Parágrafo 5º - Nos pedidos de*
1588 *renovação do Certificado a entidade, quando notificada pelo Serviço de Protocolo, terá até 10*

1589 *dias, a contar da ciência da notificação, para apresentar os documentos apontados como ausentes*
1590 *ou em desacordo com as exigências normativas*". A senhora Presidente colocou em votação, com a
1591 Secretária-Executiva passou à votação, chamando os Conselheiros Titulares ou na titularidade:
1592 Conselheiro Renato Saidel: "pela aprovação". Conselheiro Carlos Ferrari: "pela aprovação".
1593 Conselheira Margareth: "pela aprovação". Conselheira Fátima: "pela aprovação". Conselheira
1594 Edna: "pela aprovação". Conselheira Valéria: "pela aprovação". Conselheira Thayz: "pela
1595 aprovação". Conselheiro Frederico: "pela aprovação". Conselheira Tânia: "pela aprovação".
1596 Conselheira Dolores: "pela aprovação". Conselheira Rosa: "pela aprovação". Conselheiro José:
1597 "pela aprovação". Conselheira Márcia: "pela aprovação". Conselheiro Mauro: "pela aprovação". Ao
1598 final da votação, foram computados 14 votos pela aprovação. A Conselheira Edna complementou
1599 ter sido esclarecido bem que era pedido de registro, certificado e renovação para essa situação toda,
1600 em todos os parágrafos. A senhora Presidente informou que se encontrava à disposição no *site* da
1601 Câmara dos Deputados e do CNAS e tendo em mãos a redação final do substitutivo da Câmara dos
1602 Deputados ao PL 7494, do Senado Federal, distribuindo cópia aos Conselheiros. A Secretária-
1603 Executiva esclareceu que essa alteração se aplicava a partir de sua publicação no Diário Oficial, por
1604 tratar exatamente da habilitação documental, antes de formar o processo, com alguns formados sem
1605 passar pela habilitação documental e que provavelmente seria objeto do indeferimento por razões de
1606 falta dessa etapa. **Resolução do GT Procedimentos, instituído pela Resolução 44.** A Conselheira
1607 Edna explicou que verificando a Resolução do GT Procedimentos, instituído pela Resolução 44, o
1608 seu prazo havia encerrado no dia anterior, sendo necessária sua prorrogação, por se estar
1609 aguardando a resposta do Ministro para o andamento dos processos, com a senhora Presidente
1610 procedendo à leitura da minuta: "*O Conselho Nacional, no uso de sua competência resolve*
1611 *prorrogar pelo prazo de 60 dias o Grupo de Trabalho instituído pela Resolução 44, de 15 de maio*
1612 *de 2009, apresentada à Plenária do CNAS as proposições e produto do trabalho realizado. Essa*
1613 *Resolução entra em vigor na data de sua publicação*". A senhora Presidente indagou ao Pleno se
1614 concordava com essa prorrogação, sendo aprovado pelo Pleno. A Conselheira Edna esclareceu que
1615 o próximo assunto era a necessidade de se marcar uma reunião do outro GT Composição, que tinha
1616 encerramento dia 23 de outubro, mas tendo um encaminhamento da Comissão Organizadora para o
1617 mesmo. A Conselheira Dolores informou ter recebido diversas consultas de instituições de Belo
1618 Horizonte, falando em Plenária para ficar registrado, sobre quais os procedimentos a serem tomados
1619 para importação, com a Conselheira Valéria esclarecendo que essa atribuição havia passado para a
1620 SNAS e que estava sendo estruturada, dando o endereço da pessoa responsável e tendo uma Portaria
1621 para instituir formalmente, aguardando sua devolução pela CONJUR para publicação. A
1622 Conselheira Margareth, destacando as falas sobre a importância de aprovação do PL SUAS, propôs
1623 convidar o deputado que estava como relator para dialogar com o Conselho Nacional, com o
1624 Conselheiro José Crus informando seus dados: Comissão de Tributos e Finanças, João Dado, do
1625 PDT de São Paulo, Câmara dos Deputados Federais. A senhora Presidente destacou os
1626 encaminhamentos de a Presidência Ampliada fazer uma visita ao deputado e depois o convidar para
1627 vir ao Conselho, tentando-se agendar uma reunião nesse período com a Presidência Ampliada.
1628 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença de
1629 todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço
1630 de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata,
1631 aprovada em Reunião de de 2009.